

DAIANE CRISTINA DELAZERI

**ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS AFASTADOS DA
SADIA S/A UNIDADE DE TOLEDO-PARANÁ**

**Toledo
2008**

DAIANE CRISTINA DELAZERI

**ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS AFASTADOS DA
SADIA S/A UNIDADE DE TOLEDO-PR**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social,
Centro de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
como requisito parcial à obtenção do grau
de Bacharel em Serviço Social.**

**Orientadora: Profa. Ms. Marize Rauber
Engelbrecht**

**Toledo
2008**

DAIANE CRISTINA DELAZERI

**ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS AFASTADOS DA
SADIA S/A UNIDADE DE TOLEDO-PR**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social,
Centro de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
como requisito parcial à obtenção do grau
de Bacharel em Serviço Social.**

**Orientadora: Profa. Ms. Marize Rauber
Engelbrecht**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ms. Marize Rauber Engelbrecht
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profa. Luzinete Ednilva Sachetti
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profa. Ms. Rosana Mirales
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Toledo, 17 de Novembro de 2008.

DELAZERI, Daiane Cristina. **Estratégias de sobrevivência dos funcionários afastados da Sadia S/A Unidade de Toledo-PR.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social). Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* – Toledo, 2008.

RESUMO

Na sociedade atual o acesso a riqueza produzida se dá eminentemente pelo trabalho, sendo protogenêse do ser social, que atende suas necessidades de produção e reprodução social independente do modo de produção. Para compensar a contradição existente entre capital e trabalho, existem as políticas sociais para aqueles que por situações de doença, pobreza entre outras não conseguem suprir suas necessidades. No caso de trabalhadores assalariados que em decorrência de incapacidade laborativa tem que se afastar de seu trabalho, é a política da previdência social que atende este segmento. A previdência social se caracteriza pelo acesso por meio de contribuição mensal descontada da folha de pagamento, tendo esta diferenciação das demais políticas integrantes da Seguridade Social estabelecida a partir da Constituição Federal de 1988, a assistência e a saúde. Apesar disso, o atendimento as necessidades não é feita de forma universal aos usuários do sistema previdenciário, os quais enfrentam muitas dificuldades, principalmente de cunho burocrático no decorrer do processo de concessão dos benefícios. Nossa pesquisa recai especificamente nesta funcionários afastados da empresa Sadia S/A depois de inúmeras provas apresentadas ao INSS, comprovam sua invalidez, porém continuam recebendo benefício por uma situação transitória, o auxílio-doença, e que pleiteiam judicialmente a aposentadoria por invalidez. Nesse sentido indaga-se o seguinte: já que estes determinados funcionários ficam este período recebendo o benefício pela condição transitória e não pela de comprovação do direito, quais são as dificuldades que encontram para manter sua renda familiar e se buscam outros meios para suprir suas necessidades no período que aguardam a decisão quanto a concessão do benefício que recorreram. Temos por objetivo geral analisar quais são as estratégias de sobrevivência utilizadas pelos funcionários afastados da Sadia S/A Unidade de Toledo. Esta pesquisa levanta as dificuldades burocrático-institucionais enfrentadas pelos segurados no decorrer do processo para a concessão do auxílio-doença. Para coleta e análise dos dados utilizaremos a abordagem qualitativa, e as técnicas e instrumentos a serem utilizadas serão a entrevista semi-estruturada e o formulário com questões abertas, tendo como amostra quatro trabalhadores que vivenciam a situação a qual nos propomos analisar e duas assistentes sociais do departamento.

PALAVRAS CHAVE: Trabalho, Doença, Condições sócio-econômicas.

Dedico a meus pais Olir e Rosane, e para meu noivo Maikon, pela dedicação a mim na vida e nesse processo de formação.

AGRADECIMENTOS

No decorrer não só da constituição deste trabalho, mais em todo o processo formativo, tive pessoas que estiveram presentes e que merecem ser aqui citadas.

Meus pais Olir e Rosane pela incansável luta diária, pois desde que me conheço por gente vejo vocês fazendo planos e sempre realizando seus sonhos. Vocês são um exemplo de persistência para mim.

Minha irmã Larissa, que apesar de pouca experiência de vida já me ensina muitas coisas, superando seus medos, angústias e “surpresas” que aparecem no caminho, maninha tudo vai dar certo, um dia você também vai chegar na faculdade. A minha avó Ilga pela experiência e conhecimento de vida, e pela calma e incentivo transmitidos para mim.

Para os professores do Curso de Serviço Social da Unioeste-*Campus* de Toledo, principalmente a Marize orientadora deste trabalho, pelo profissionalismo e compreensão nesse período, bem como a todo o colegiado do Curso de Serviço Social pelos conhecimentos transmitidos nestes quatro anos.

Meu agradecimento em especial a Sandra Bialeski Laismamn e Vera Márcia Thielke que acompanharam minha experiência de estágio, incentivando a sempre seguir em frente, sendo profissionais que admiro muito. Tenho muito orgulho de ter convivido estes dois anos com vocês.

As colegas de turma e de Curso, e amigas que fiz: Vanessa, Leidiane, Franciele Doré, e Elizane .Obrigado pelos papos, desabafos, risadas, foi tudo de bom conviver com vocês.

Aos sujeitos da pesquisa que se dispuseram a expor suas trajetórias, pois sem eles nada disso poderia ser concretizado.

Finalizo agradecendo a meu noivo Maikon. Amor, você muitas vezes distante, acompanhou diariamente todas as minhas angústias e medos. Vencemos mais essa, e ainda é só o começo, mas acredito que do seu lado, enfrento qualquer situação adversa. Muito obrigada por existir, te amo muito.

“Somos aquilo que fazemos repetidamente.”
(Aristóteles)

LISTA DE SIGLAS

BIRD	Banco Mundial para o Desenvolvimento
CAPS	Caixas de Aposentadorias e Pensões
CCQ	Círculos de Controle de Qualidade
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CLT	Consolidação das Leis do trabalho
CQS	Círculos de Qualidade Sadia
DORT	Doenças Orteomusculares relacionadas ao trabalho
DSS	Díálogo de Saúde e Segurança
FAF	Fundação Attílio Fontana
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRIGOBRAS	Companhia Brasileira de Frigoríficos
IAPS	Os Institutos de Aposentadorias e Pensões
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
LEERS	Lesões por Esforços Repetitivos
LOPS	Lei Orgânica da Previdência Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PGI	Programa Geral de Integração
PPS	Programa de Previdência Privada Sadia
SESMT	Segurança, Saúde e Medicina do Trabalho
SINPAS	Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social

SUMÁRIO

RESUMO.....	3
LISTA DE SIGLAS.....	7
INTRODUÇÃO	9
1 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL	12
1.1 A PREVIDÊNCIA SOCIAL E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL.....	12
1.2 AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E SEU REBATIMENTO NA SAÚDE DO TRABALHADOR	18
1.3 PROTEÇÃO À SAÚDE DO TRABALHADOR EFETIVADA PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	21
2 O SERVIÇO SOCIAL NA SADIA S/A UNIDADE DE TOLEDO/PR	26
2.1 A SADIA S/A NO MUNICÍPIO DE TOLEDO.....	26
2.2 ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL E SUA INTERVENÇÃO NO SETOR EMPRESARIAL	28
2.3 A PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS NA SADIA S/A UNIDADE DE TOLEDO PR.....	32
3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	40
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS UTILIZADOS NA CONSTRUÇÃO INVESTIGATIVA	40
3.2 PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA.....	42
3.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	43
3.4 AS CONDIÇÕES DE TRABALHO PRESENTES NAS ATIVIDADES LABORATIVAS DOS TRABALHADORES	43
3.5 AS DOENÇAS PROVOCADAS PELAS ATIVIDADES LABORATIVAS E O PROCESSO DE ENCAMINHAMENTO PARA O AFASTAMENTO DO TRABALHADOR	47
3.6 CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DOS TRABALHADORES E AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NO PERÍODO DE AFASTAMENTO	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS	65
APÊNDICES	68

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é uma exigência do processo de formação profissional para obtenção de Bacharel em Serviço Social, se caracterizando por sua dimensão eminentemente investigativa, e se materializando no Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social da Unioeste-*Campus* de Toledo.

A aproximação com o objeto de estudo se deu através da experiência de Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II realizado no período de Abril de 2007 a Novembro de 2008, no Departamento de Recursos Humanos e Gestão da empresa privada Sadia S/A Unidade de Toledo. Nesse espaço sócio-ocupacional o Serviço Social está alocado no Setor de Benefícios onde realiza dentre outras atividades o acompanhamento dos funcionários afastados pelo Instituto Nacional de Seguro Social-INSS, por meio de encaminhamentos, diários e visitas domiciliares que visam acompanhar as condições de vida (saúde, familiares, financeiras) dos segurados.

A Sadia S/A se constitui enquanto empresa e tem como principal atividade econômica a produção de alimentos, e que depende da força de trabalho humana para as atividades fabris. Como consequência desta atividade, alguns trabalhadores no decorrer disso contraem doenças ocupacionais, ou seja, ocasionadas pelos esforços despendidos no processo de produção, tendo de se afastar de seu trabalho habitual, recorrendo à política da previdência social.

Dentre as situações vivenciadas enquanto estagiária, a que instigou a atenção para pesquisar foi o afastamento do trabalho, pois é a atividade que mais se desempenha no departamento, e dentre os mais variados casos alguns chamam a atenção devido à morosidade na concessão de direitos previdenciários. Dentre esses uma problemática instigou-me: trabalhadores da empresa que depois de terem seu pedido de auxílio-doença deferido por várias vezes, comprovando assim sua incapacidade laborativa, tem o benefício indeferido posteriormente, pelos médicos peritos do Instituto Nacional de Seguro Social-INSS, sendo que o motivo desconhecemos, pois não temos contato com as perícias médicas. Depois de tentativas de reconsideração do benefício, estes trabalhadores tentam receber judicialmente e conseguem somente o auxílio-doença mais pleiteiam outro benefício, aposentadoria por invalidez, pois já tem as condições para tal. Supõe-se ai que há uma dificuldade no suprimento das necessidades e indaga-se o seguinte: como esses trabalhadores mantêm sua renda nesse período de aguardo da aposentadoria por invalidez, já que recebem um benefício por uma situação temporária e estão numa situação de incapacidade permanente, e se esta

renda passa a ser advinda de outra fonte, gerando outras estratégias para garantir a sobrevivência.

Estudar a temática, além de possibilitar o contato direto com os usuários da previdência social via empresa Sadia, irá colaborar tanto teórica como praticamente para a formulação de novas formas de intervenção profissional do Serviço Social acerca da problemática vivenciada pelos segurados, principalmente quanto às questões relacionadas à saúde e renda. Buscaremos contribuir para o entendimento dos atuais moldes da previdência social, e se esta é suficiente no contexto de degradação da saúde do trabalhador e sobre como o Serviço Social se coloca nesse processo. Pretende-se contribuir para o debate da Seguridade Social no Brasil do ponto de vista dos usuários, com vistas à garantia de seus direitos e para o Serviço Social como mediador do processo de concessão do mesmo no sentido de apreender a ação profissional no campo empresarial, principalmente a sua interferência no Departamento de Recursos Humanos da Sadia S/A.

Nosso objeto de investigação é o trabalhador assalariado atendido pela política de previdência social, em que esta somente é entendida quando articulada no processo econômico, social e político historicamente determinados na realidade brasileira.

Deste modo buscamos analisar enquanto objetivo geral, quais são as estratégias de sobrevivência que recorrem os funcionários afastados da Sadia S/A Unidade de Toledo PR, no período que estão sem receber a aposentadoria por invalidez. Especificamente objetivamos conhecer as dificuldades burocrático-institucionais enfrentadas pelos segurados durante o problema de saúde decorrente do processo de trabalho realizado pelo trabalhador e nos encaminhamentos necessários para o processo para a concessão do auxílio doença. Também se pretende demonstrar como o Serviço Social interfere no Departamento de Recursos Humanos da Sadia S/A Unidade de Toledo PR, para agilizar e possibilitar o melhor atendimento aos determinados usuários.

O universo dos pesquisados compõe-se de 28 pessoas que tem como última situação no afastamento a questão da reativação judicial. Como a pesquisa se utilizará de entrevistas definiu-se uma amostra intencional que desse respostas para o objeto que nos propomos.

Diante das dificuldades de recorrer a um grande contingente de pessoas, levantou-se determinados critérios para definir a amostra: a) funcionários afastados do sexo masculino, por predominar o maior número de afastamentos de homens; b) que tem por motivo do afastamento problemas de saúde relacionados à coluna; c) que vivenciam a situação de

processo judicial quanto à concessão da aposentadoria por invalidez; d) que o período de afastamento se deu a partir de 2002; e) ser morador do município de Toledo.

Atendendo a estes critérios viu-se a possibilidade de entrevistar 5 pessoas, porém uma não aceitou fazer parte da pesquisa. Realizou-se também uma entrevista com as duas assistentes sociais do Departamento de Recursos humanos da Sadia S/A, para melhor compreensão da prática profissional neste campo objetivando atender o objeto. Assim, a amostra totalizou-se em 6 pessoas.

O trabalho será subdividido em três capítulos: no primeiro será realizado um levantamento do contexto histórico da proteção social no Brasil especialmente a Previdência Social, e em particular a partir do conjunto da Seguridade Social definido a partir de 1988 com a Constituição Federal. Posteriormente, trazemos as mudanças no mundo do trabalho e seu rebatimento na saúde do trabalhador, e no último item problematiza-se a proteção à saúde do trabalhador por meio da previdência social.

No segundo capítulo abordaremos o espaço ocupacional do Serviço Social na empresa Sadia S/A, evidenciando suas atribuições profissionais e intervenção no setor empresarial bem como as requisições exigidas a partir da reestruturação produtiva.

O último capítulo apresenta a análise e interpretação dos dados por meio da demonstração dos procedimentos metodológicos, montagem do perfil dos sujeitos da pesquisa, e pela interpretação das entrevistas. Por fim segue as considerações finais da pesquisa, os anexos e as referências bibliográficas.

1 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

1.1 A PREVIDÊNCIA SOCIAL E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL

Tendo em vista que nosso objeto de estudo direciona-se ao trabalhador amparado pela previdência, faz-se necessário apontar como os trabalhadores, principalmente os assalariados do mercado formal têm acesso à política previdenciária. É de suma importância também descrever as tendências da referida política no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988 e retomada diferenciada que a caracteriza a partir da implementação da vertente neoliberal.

Inicialmente, é preciso compreender o caminho percorrido na construção da política de Previdência Social enquanto proteção social garantida e conquistada pelas diferentes categorias profissionais da realidade brasileira.

Conforme Fernandes (1995) a primeira forma pela qual se regulamentou a proteção social aos trabalhadores em situação de risco foi através da Lei Eloy Chaves, aprovada pelo parlamento em 1923, que embasou a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões-CAPS, que eram organizadas por empresas e que, para a manutenção das mesmas contribuíam financeiramente os empregados, empregadores e em alguns casos da União. Atendia-se também classes profissionais como estivadores, marítimos e ferroviários, destaques na atividade exportadora da época. Dentre os serviços prestados estavam a assistência médico-curativa, medicamentos, aposentadorias por tempo de serviço, velhice e invalidez, pensões e auxílio-funeral.

É nos anos 30, quando a acumulação capitalista passa a ser dominada pelo capital industrial, que esse quadro se altera. Em tal período, as mudanças produzidas na economia determinam uma nova forma de organização política, reservando-se, para o Estado, a assunção dos papéis decisivos, tanto para estruturar as bases da implementação da industrialização, como, concomitantemente, para investir em algumas políticas sociais. (FERNANDES, 1995, p.167).

Os Institutos de Aposentadorias e Pensões-IAPS que foram criados em 1933, estavam diretamente ligados às categorias profissionais sendo expressivas no mercado de trabalho e que tinham sindicato de defesa da categoria como os marítimos, bancários, industriários, servidores do Estado, trabalhadores do setor de transporte de cargas e

comerciários. Inicia-se uma tendência de esvaziamento da assistência exclusiva das empresas e passa-se a favorecer os serviços previdenciários públicos.

Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), presidente de ideais trabalhistas foi instituído o Ministério do Trabalho e o salário-mínimo. A ação do Estado sobre a legislação trabalhista ocorreu mais efetivamente na década de 1940, com a criação da Consolidação das Leis do trabalho-CLT ¹. Criam-se assim mecanismos de regulamentação das condições de vida e de trabalho dos assalariados brasileiros que persistiram até 1964, sem modificações significativas. ²

A medida que houve crescimento do número de pessoas assalariadas o salário atrelou-se aos pagamentos da Previdência Social, pois os mesmos passaram a cobrir não apenas custos daqueles que estão empregados, mas também de outros segmentos tais como: desempregados, doentes, idosos, trabalhadores inválidos e seus filhos.

A partir de 1964, com a vigência do regime de governo militar, presencia-se a retomada da seguridade própria das empresas concomitante com a expansão do sistema público de proteção social unificado no Instituto Nacional de Previdência Social-INPS. O acesso a serviços de proteção social dos trabalhadores nesse período divide-se por segmentos e instituições prestadoras de serviços sendo: uma para os trabalhadores das pequenas empresas nacionais e uma outra proteção própria para o trabalhador da grande empresa, sendo que para os demais o acesso se dava pelo INPS.

Conforme aponta Faleiros (2000), para operacionalizar a política previdenciária são constituídos suportes legais e institucionais, aprovando-se em 1960, a Lei Orgânica da Previdência Social-LOPS, em 1974, a criação do Ministério de Previdência e Assistência Social e, em 1977, o Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social-SINPAS.

Fernandes (1995) coloca que na década de 1970, o Brasil passou por um período de expansão e crescimento econômico, modificando significativamente a estrutura produtiva, tanto na formação do mercado de trabalho como na infra-estrutura urbana, passando-se a construir um vasto parque industrial integrando-se ao mercado internacional. Isso culminou com o aumento da concentração de renda e em contrapartida a precarização das condições de vida da maioria dos trabalhadores concomitante ao contexto mundial.

¹ Decreto-Lei Nº. 5. 452, de 1º de Maio de 1943 - que dentre as medidas buscou regular algumas condições de trabalho, tais como: regulamentação da jornada de trabalho de 8h/dia; o descanso semanal remunerado; a obrigatoriedade de salário mínimo como base do salário; o direito a férias anuais e a obrigatoriedade de registro do contrato de trabalho na carteira do trabalhador.

² Nesse sentido, sob iniciativa de empresários cria-se um sistema paralelo de seguridade, com a criação do Serviço Nacional de aprendizagem Industrial-SENAI em 1942, Serviço Social da Indústria - SESI em 1946, e o Serviço Social do Comércio - SESC também criado em 1946. A forma de financiamento do sistema era regulado pelo Estado, sendo esta uma contribuição obrigatória das empresas, conforme Fernandes (1995).

Faleiros (2000) enfatiza que este processo fez emergir a inflação, e a dívida pública acentuada, piorando as condições de vida da população que de maneira inusitada se mobilizou contra a repressão nas ruas, na formação de comitês, articulando-se em organismos, na estruturação de abaixo-assinados e na organização de *lobbies*. Na Assembléia Nacional Constituinte de 1986, disputaram 383 grupos de interesses comuns tais como: mulheres, índios, negros, empresários, setores de empresas, ruralistas, evangélicos, etc.

Conforme o autor:

[...] a Constituição expressou as contradições da sociedade brasileira, passando-se a conviverem as políticas estatais com as políticas de mercado nas áreas de assistência, saúde e previdência social [...]. (FALEIROS, 2000, p. 48)

Foi neste contexto histórico que passou a ser promulgada a Constituição Federal Brasileira, aprovada em 05 de Outubro de 1988, onde é estabelecida uma maior abrangência ao acesso dos diversos segmentos populacionais às políticas sociais³ com vistas à garantia de direitos sociais anteriormente não garantidos por lei, como por exemplo, a assistência social. Nesse conjunto de leis, dentre outras modificações, as políticas de Assistência Social, Saúde e Previdência Social passaram a formar o tripé da Seguridade Social⁴. Isso evidencia que tais políticas passam a não ser mais vistas isoladas umas das outras, pois se complementam formando uma rede de atendimento às necessidades sociais.

Como salienta Fernandes (1995), a implementação da Seguridade Social tem como principal característica a concessão de benefícios, diretamente ligados ao aparelho produtivo tanto para aqueles que não estão submetidos ao trabalho assalariado como para aqueles que aguardam ingresso ou retorno ao mercado de trabalho.

Em um sentido mais amplo, o sistema de Seguridade Social transforma-se em instrumento de regulação social, pois, à medida que o trabalho assalariado se desenvolve, a proteção social torna-se fundamental para a estabilização dos trabalhadores e o próprio desenvolvimento do capitalismo.

³ Segundo Faleiros (2000) as políticas sociais num primeiro momento referem-se ao processo de reprodução da força de trabalho que na sociedade capitalista é um mecanismo distributivo de renda na forma de benefícios, proteção e serviços, os quais num sentido mais amplo demonstram a correlação de forças presentes na sociedade e no Estado e legitimam este próprio governo.

⁴“Art. 194 - A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.” (BRASIL, 2006)

A partir da nova Constituição a previdência social brasileira também se altera e passa por mudanças quanto à forma de organização, sendo determinado ao trabalhador acesso a ela que se dá mediante filiação e contribuição obrigatória⁵.

Com a criação do Instituto Nacional de Seguro Social-INSS⁶ objetivou-se descentralizar a administração dos benefícios concomitante aos objetivos da Seguridade Social colocados no Art. 194, Inciso VII⁷.

A Lei 8.212 dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências e a Lei 8.213, estabelece os Planos de Benefícios da Previdência Social, ambas sancionadas em 24/07/1991, sendo básicas para entender o sistema de Seguridade Social em especial a previdência social brasileira. Estas leis avançaram no sentido de normatizar o acesso à previdência, porém, vem sendo desmanteladas pelas emendas constitucionais e medidas provisórias que abrem brechas para o não atendimento das políticas sociais no âmbito público e que visam reformas nos sistemas previdenciários.

No caso da Previdência e sua Reforma⁸, o Brasil tem adotado um sistema misto, que mantém a Previdência Pública Básica, e abre espaço para a Previdência Complementar privada. Segundo Soares (2002) este sistema em países como o Brasil é passível de interrogações, pois envolve muitos interesses.

A mesma autora coloca que a problemática sobre a reforma da Previdência envolve alguns pontos relevantes, tais como: a cobertura e abrangência do sistema público à medida que se forem mantidos os atuais tetos de contribuições e benefícios em dez salários mínimos a cobertura se manteria, mas não elevaria seu padrão redistributivo em ocasião da atual situação salarial.

No caso dos tetos rebaixados, conforme Soares (2002), o sistema público se tornaria excludente, reduzindo sua cobertura aos trabalhadores assalariados, repassando-os

⁵“A Previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e atenderá, nos termos da lei, a: I - cobertura de eventos de doença, invalidez, morte ou idade avançada; II-proteção à maternidade, especialmente a gestante; III-proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; IV-salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; V-pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes;” (BRASIL, 2006)

⁶ Através da Lei nº. 8.029, de 12 de abril de 1990, operou uma fusão dos antigos INPS e IAPAS, responsáveis, respectivamente, pela concessão de benefícios e arrecadação das contribuições previdenciárias. O novo órgão, uma autarquia federal, passou, pois, a cumular a função de ambos. (SETTE, 2005, p. 01)

⁷“ **Parágrafo único.** Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a Seguridade Social, com base nos seguintes objetivos: VII-caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.”(BRASIL, 2006)

⁸ Referimo-nos aqui a reforma do Estado que segundo Soares (2002) foram resultado da política dos organismos internacionais FMI e BM os quais definiram a necessidade de fazer reformas em países subdesenvolvidos para financiar as políticas nessa área.

para o sistema privado. A sociedade em geral pagaria mais por esse sistema público em termos de incentivos fiscais e subsídios para financiar o sistema complementar. A informalidade do trabalho e o desemprego hoje agravam ainda mais a situação de arrecadação das contribuições, à medida que estes não contribuem. A unilateralidade na forma de financiamento sobre as folhas de salários que já baixos retiram o princípio constitucional de multiplicidade e diversidade nas fontes tanto de recursos contributivos como fiscais. O corte dos benefícios, também traz conseqüências sociais rompendo de forma grave com os princípios do sistema público de Previdência Social.

Segundo Soares (2002) a alocação dos recursos principalmente para as políticas de Seguridade Social não respeitaram seu princípio constitucional à medida que foram adotadas estratégias como o Fundo de estabilização que detêm 20% dos recursos destinados aos ministérios, inclusive da área social destinando-os para outros fins, inclusive o de atender as metas do Fundo Monetário Internacional-FMI, e pagar a dívida externa. Assim ao descentralizar os recursos, cortando-os no acesso às políticas sociais rebate-se na distribuição de renda, e ainda abolindo a sua visibilidade quanto ao montante, suas fontes e destinos, ou seja, sem nenhum controle social sobre os mesmos.

Nesse sentido, Soares (2002), salienta que as reformas nos sistemas previdenciários no Brasil levaram a sua privatização, aumentando seus custos e reduzindo a cobertura e o acesso daqueles que não podem pagar por benefícios e serviços. A quantidade e a qualidade dos benefícios e serviços prestados pelo setor público também ficam comprometidos com a exclusão crescente do segmento da população que mais precisa deles.

É neste cenário de mudanças, reformas e emendas que vem de encontro a vertente do ideário do neoliberalismo evidenciado no Consenso de Washington⁹ e materializado na Reforma do Estado que tem por fundamento a desregulamentação dos mercados, a abertura comercial e financeira, a privatização do setor público procurando uma redução da intervenção direta do Estado no atendimento às políticas sociais. Ajusta-se a estrutura econômica, de produção, e de reprodução social no que diz respeito à organização político-institucional das relações sociais.

As conseqüências destas idéias nas condições de vida dos trabalhadores como coloca Soares (2002), são a informalidade no trabalho, o desemprego, o subemprego, a desproteção trabalhista e conseqüentemente a pobreza.

⁹Conforme Soares (2002) este foi um acordo firmado entre o Banco Mundial para o Desenvolvimento (BIRD), O Fundo Monetário Internacional(FMI), e o Estados Unidos em 1989 constituindo-se em um conjunto de regras aplicadas de forma padronizada nas diversas regiões do mundo, para obter apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais.

Nesse sentido afirma-se que:

[...] o *neoliberalismo*, cuja estratégia conservadora para superar a crise era cortar o poder dos assalariados na luta por uma distribuição da renda a seu favor, desenterrando os tradicionais mecanismos de “mercado”. Tratava-se de desmontar os mecanismos de proteção social ao trabalho, base sobre a qual se sustentava a maioria dos Estados de Bem-Estar[...] (SOARES,2002,p. 37)

Nesta lógica o impacto social do neoliberalismo fez aumentar a demanda por benefícios e serviços sociais e, em contrapartida, esse sistema objetiva cortar gastos públicos agravando a frágil situação para alocação de recursos para as políticas sociais. Para tanto, a autora chama a atenção para o fato das tentativas de reformas na área social, que tem provocado sob o nome destas, o desmonte dos incipientes aparatos públicos de proteção social.

Cardoso (1998) complementa que os anos de 1980 e 1990, se caracterizam por um processo de desmantelamento e sucateamento das estruturas jurídicas, financeiras, institucionais das políticas sociais públicas brasileiras. Vê-se também o aumento das iniciativas privadas nas áreas da saúde, educação, habitação, assistência e previdência no que diz respeito a constituição de serviços e benefícios próprios das empresas.

Esse movimento se deve ao fato de ocorrer incentivos fiscais por parte do Estado às empresas que podem organizar sistemas próprios de serviços e benefícios destinados aos trabalhadores, demonstrando a tendência de privatização dos recursos públicos em favor do capital. Ocorre, segundo a autora, uma profunda inversão de valores que deveriam ser base para gestionar a Seguridade Social normatizada na Constituição de 1988, quanto à concessão de direitos sociais da esfera pública resultado do evidenciamento dos conflitos de classe e que, passam a ser resolvidos no espaço da empresa.

É como se houvesse um pacto entre capital e Estado, enquanto o primeiro institui mecanismos para aumentar a produção e sistemas de benefícios próprios, favorecendo a acumulação, o Estado ganha legitimação junto à classe trabalhadora e conformismo destes diante da sua mínima ação. Favorece-se a acumulação do capital em detrimento à redistribuição de renda. Assim, os trabalhadores reivindicam seus direitos no âmbito da empresa nos contratos coletivos de trabalho, individualizando a questão e desmantelando o poder de mobilização dos mesmos junto às estruturas.

1.2 AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E SEU REBATIMENTO NA SAÚDE DO TRABALHADOR

Nesta etapa de estudo objetiva-se compreender como se deram as mudanças nas relações de trabalho nas empresas que passaram a utilizar novos mecanismos de gestão da força de trabalho.

Para compreender a categoria trabalho, recorreremos a Marx citado por Eaton (1965, p. 9) que o define como “a condição permanente da existência humana, imposta pela natureza, e, portanto, independe de qualquer fase social dessa existência, ou, antes, é comum em todas as fases”.

A partir do assalariamento, o trabalho passou a se consolidar enquanto uma mercadoria, onde as pessoas passam a trocar sua força de trabalho, ou seja, suas capacidades físicas e mentais por um salário se eliminando a dimensão principal de produtor de valor-de-uso¹⁰ predominando assim a dimensão de valor-de-troca¹¹.

Com a introdução do uso da máquina, segundo Antunes (2002), o trabalho se tornou fetichizado e estranhado pelo trabalhador que não consegue visualizar o resultado final de seu trabalho.

Marx citado por Eaton (1965), aborda que o lucro se realiza no campo da produção, e é resultante da divisão do trabalho e do tempo socialmente necessário para produzir determinado produto. Assim, no custo da produção estão inserido os custos em matéria-prima, dos instrumentos de trabalho, dos conhecimentos técnicos e dos salários, bem como do tempo necessário para produzir as mercadorias. Deste modo, a mais-valia é uma forma de exploração do capitalismo para com o trabalhador, pois, à medida que este vende sua força de trabalho por um determinado tempo e trabalha mais horas do que seriam necessárias para pagar seu salário, expropria-se o excedente de trabalho do mesmo o qual é materializado no lucro dos detentores dos meios de produção.

A intervenção nesse processo de produção, que objetiva a maior produção no menor tempo possível, é que gera o lucro. Para tanto, foram surgindo teorias que visavam à constituição de métodos de controle do tempo e do trabalhador.

Conforme Antunes (2002), nas últimas décadas principalmente após os anos de 1970, o capitalismo vivenciou mais uma crise a qual ocasionou varias mudanças econômicas,

¹⁰ Eaton (1965) interpretando Marx coloca que o valor de uso se expressa na necessidade do uso das mercadorias para o atendimento das necessidades humanas e tem caráter qualitativo.

¹¹ Eaton (1965) coloca que o valor do produto é determinado pelo seu valor-de-troca, ou seja, quanto ele vale enquanto mercadoria passível de troca, expressa-se no âmbito quantitativo.

sociais, políticas, ideológicas que repercutiram nas idéias, na subjetividade e nos valores da classe-que-vive-do-trabalho. Como solução à crise, foi implementado um processo de reestruturação do capital para recuperar as taxas de lucro perdidas, modificando as bases do modo de produção capitalista.

Buscou-se reestruturar o padrão produtivo sustentado pelo taylorismo e pelo fordismo que predominou praticamente por todo o século XX e era baseado na produção em massa de mercadorias, caracterizando-se por uma produção homogeneizada e verticalizada. Com esta forma de produzir reduzia-se ao máximo o tempo de trabalho, porém aumentava-se o ritmo intensificando a exploração da força de trabalho. Esse sistema foi a base para se parcelar e fragmentar e decompor as tarefas através de uma linha rígida de produção onde uma esteira fazia a interligação entre as atividades, porém separou-se quem as elabora de quem as executa transformando o trabalho em uma ação mecânica e repetitiva.

Tal crise como situa o autor acima, fez emergir um novo modelo de produção chamado de toyotismo e a acumulação flexível. O toyotismo originário da empresa japonesa Toyota, se caracteriza pela produção atrelada à demanda, ou seja, condicionando o consumo a produção. O trabalho foi dividido em etapas, agora baseado na idéia de equipe e na multifuncionalidade das funções.

Outra mudança foi a introdução da simultaneidade no comando de máquinas por apenas um trabalhador com o melhor aproveitamento do tempo. Fazem parte deste processo a flexibilização, a terceirização e subcontratação da força de trabalho, os Círculos de Controle de Qualidade-CCQ, o estoque mínimo, a eliminação do desperdício, o sindicalismo de empresa. Essa teoria embasou a reestruturação produtiva em todo o mundo.

A acumulação flexível, conforme enfatiza Antunes (1995), se baseia na flexibilização dos mercados e processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Isso se materializa no surgimento de setores de produção novos, se inovando também as formas do sistema financeiro, a criação de novos mercados, e a intensificada inovação tecnológica, comercial e organizacional. As corporações passam a ser mais competitivas, e a lutar pelo controle da força de trabalho, aumentando a subcontratação e deslocamento dos postos de trabalho, trazendo mais flexibilidade diante os riscos trazidos por esse processo.

Segundo o mesmo autor o trabalho foi deteriorado, aumentando o desemprego e diminuindo a ação sindical que possibilitou a disseminação do individualismo. Portanto além de aumentar a exploração do trabalho esse sistema chama a atenção nessa forma de ser, tecnológica e organizacionalmente.

Segundo Antunes (2002), este novo processo de produção intensificou a exploração da força de trabalho através do aumento do ritmo e, pela apropriação da intelectualidade do trabalho, pela introdução da maquinaria automatizada e informatizada aumentando a rentabilidade do capital.

O capitalismo brasileiro em seu padrão industrial desenvolveu-se desde a década de 1980, e intensificou-se após o golpe de 1964, estruturando-se de um lado pela produção de bens de consumo duráveis como automóveis e eletrodomésticos para parte do comércio interno e de outros produtos de exportação de cunho primário e industrializados de consumo. O que atraiu os monopólios para o país e possibilitou a acumulação principalmente nas décadas de 1950 a 1970, foi possibilitado pelo rebaixamento salarial dos trabalhadores. Assim ressalta-se que:

[...] a expansão capitalista industrial sustentou-se (e ainda se sustenta) num processo de *superexploração do trabalho, dado pela articulação de baixos salários, uma jornada de trabalho prolongada [...] e uma fortíssima intensidade, dentro de um padrão industrial significativo para um país subordinado.* [...] (ANTUNES, 2002, p. 236 - grifo do autor).

Como indica Fernandes (1995), no Brasil os anos da década de 1970, foram marcados pelo uso exploratório, intensivo e predatório da força de trabalho caracterizando-se por práticas de controle, centralizando o comando das atividades bem como desqualificando as ocupações.

Nos anos de 1980, diante das mudanças na produção e com o uso de novas tecnologias e gestão flexíveis, perpassam novos valores nas relações no trabalho, tais como: a cooperação, a confiabilidade, a valorização do saber operário, a preservação da força de trabalho entre outros que vieram a ser novos mecanismos de gestão dos trabalhadores.

Aprofundando a questão, César (1998), afirma que a utilização de novas tecnologias na melhoria da qualidade dos produtos e a redução do custeio da produção exigiu a formação de uma nova cultura do trabalho que possui por características: a) a implementação do modelo de Qualidade Total que viabilizou o alcance de metas de produtividade, competitividade e integração da força de trabalho; b) a adoção de modelos de gestão de recursos humanos, com a utilização de benefícios, incentivos a produtividade, a capacitação e o treinamento; c) modernização e racionalização da produção, mediante a redução de custos e do uso de novas tecnologias, pela flexibilização na forma de organizar o trabalho, horizontalizando seu processo; d) privatização, terceirização, ampliação das

atividades, aquisição de empresas concorrentes, e aumento na participação no mercado externo.

Para Freire (1998) a reestruturação produtiva impacta negativamente na saúde do trabalhador, e afeta diretamente em outras perdas. Imediatamente a saúde do trabalhador manifesta-se no seu estado bio-psíquico relacionado às condições materiais e sócio-políticas vivenciadas pelo trabalhador, tanto em seu trabalho como em seu cotidiano. O desgaste se origina da junção de cargas negativas de trabalho, como por exemplo, uma posição incômoda, alternância entre turnos, ruído, tensão nervosa por pressões e alto ritmo. São exemplos de doenças relacionadas ao uso de novas tecnologias as Lesões por esforços repetitivos-LEERS¹², conhecidas também como doenças Orteomusculares relacionadas ao trabalho-DORT, bem como o agravamento de doenças preexistentes a reestruturação.

Portanto, o processo de reestruturação produtiva rebateu de forma alarmante sobre as condições de saúde dos trabalhadores, pois expropria todas as cargas nocivas do trabalhador e atrelado a toda a reestruturação do capital econômica, política e socialmente não garante a proteção que de conta de reestabelecer uma sanidade física e mental em casos de doenças, adequada para o trabalho em determinadas atividades em certos locais, repartições e departamentos.

1.3 PROTEÇÃO À SAÚDE DO TRABALHADOR EFETIVADA PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Neste item buscaremos apreender o benefício auxílio-doença enquanto um mecanismo de efetivação das políticas sociais especificamente a Previdência Social. Para tanto precisamos entender em que situações a política social é cooptada, bem como a forma que os trabalhadores que estão em situação de risco social denominado de “incapacidade laborativa” têm acesso ao auxílio-doença ,sendo este um dos benefícios previdenciários dentre as inúmeras ações e serviços oferecidos por esta política.

Sposati (1997) ao tratar de mínimos sociais coloca que a Previdência contém direitos e benefícios sob a forma de prestações pecuniárias, ou seja, representadas por

¹² Conforme Piza (1997), as Lesões por esforços repetitivos-LEERS são um conjunto de doenças do trabalho, que atingem principalmente os músculos, tendões e nervos que tem relação direta com o que é exigido do trabalhador nas tarefas, dos ambientes físicos e da própria organização do trabalho, que acarretam na repetição de movimentos de forma contínua e rápida.Essas lesões tem como consequência na saúde do trabalhador a perda da capacidade de realização de movimentos. Para tratamento da LER, é imprescindível o afastamento do trabalho, ou seja, do fator de risco (esforço repetitivo).

dinheiro. A autora coloca que os benefícios sob o ângulo da seguridade social definidos pela Organização Internacional do Trabalho-OIT, devem oferecer uma renda mínima assegurando a cobertura de riscos as pessoas mais vulneráveis, por isso a inclusão de critérios de seletividade e distributividade em tais prestações que está inscrito nas leis.

Segundo Sposati (1997, p. 28) “as políticas de proteção social garantem a cobertura de vulnerabilidades a redução de riscos sociais e defendem um padrão básico de vida”. Este padrão é definido pelas necessidades básicas que preservem a vida humana, a saúde, bem como a autonomia dos indivíduos considerando-a como “a capacidade e a possibilidade dos cidadãos de suprir suas necessidades vitais, especiais, culturais, políticas e sociais” (*Id, Ibid* p. 31) tanto pela relação de mercado, como com o Estado o qual deve assegurar parte dessas necessidades.

Na perspectiva da previdência brasileira atual, os mínimos sociais nela inseridos pretendem superar vulnerabilidades causadas por impedimentos e fragilidades biológicas como doença, invalidez, acidente, velhice e maternidade, bem como, algum impedimento econômico como o desemprego.

Complementando, Silva (2001) afirma que a Previdência Social brasileira pela distribuição de renda que proporciona é a mais expressiva política social¹³ pública nesse segmento, caracterizando-se como um instrumento de cidadania principalmente no que diz respeito ao acesso aos direitos sociais. Conforme a autora em 2001 eram mais de 19 milhões de pessoas que tiveram sua renda composta pelos benefícios da Previdência Social, destes 73% recebiam valores de um a dois salários mínimos e meio sendo que os benefícios eram a principal ou única fonte de renda do beneficiário.

Apesar disso, a Previdência Social nos atuais moldes, segundo Silva (2001), enfrenta dificuldades. Uma delas é a não contribuição de um grande contingente de trabalhadores os quais tem poucas chances de cobertura no futuro. Outra questão são os entraves burocráticos como a gestão centralizada, as exigências exageradas de provas documentais em algumas situações, a inconsistência dos sistemas informatizados bem como a não-informatização de algumas atividades.

Outro entrave são as dificuldades políticas que se expressam na diretriz governamental de privatizar o sistema inibindo o acesso da população bem como a falta de

¹³Conforme coloca Abranches (1998) a política social interfere na relação antagônica entre os desequilíbrios de distribuição de renda, favoráveis a acumulação, em contrapartida da satisfação das necessidades básicas. Busca-se promover a igualdade entre estes, mediante a ação do Estado, objetivando garantir a efetivação dos direitos sociais de cidadania.

transparência nas ações e resultados, no controle e gestão que tem a insignificante participação dos usuários, no mal dimensionamento quando se define a rede de atendimento principalmente na indicação político partidária para os dirigentes.

Fatores culturais como o baixo grau de capacitação de servidores e a utilização de métodos e processos de trabalho de forma inadequada para a eficácia no atendimento as demandas bem como a desinformação dos usuários sobre seus direitos e maneiras de exercê-los, faz com que a Previdência Social tenha dificuldades para sua universalização plena dos direitos sociais. A solução como enfatiza Silva (2001), seria a adoção de um modelo de gestão embasado em valores éticos comprometidos com a ampliação dos direitos sociais para a efetivação da cidadania.

A maneira de gerir a previdência é preciso ter o entendimento dela como uma política social. Abranches (1998) coloca que a partir das políticas sociais garantem-se padrões mínimos de vida articulando a política social como garantia universal com a redução da pobreza garante-se uma renda mínima para os que estão destituídos de qualquer meio de sobrevivência.

Os mecanismos de política social caracterizam-se pela questão de que seus beneficiários suprem sua renda fora do circuito de mercado, através da ação pública, seja por uma parcial ou temporária desmercantilização de bens e serviços, ou até mesmo do salário.

Sendo assim, a política social também está voltada tanto para aquelas pessoas que tem reduzida a capacidade de obter renda suficiente, de forma praticamente definitiva como é o caso da velhice e da invalidez, bem como para aquelas situações transitórias, coletivas ou individuais, de incapacidade pessoal temporária como doença e acidente.

O atendimento aos trabalhadores assalariados, que por motivo de saúde ficam incapacitados para sua atividade habitual, recai no setor da Previdência Social, o que se expressa na Lei Orgânica da Seguridade Social¹⁴ Título II, da Previdência Social artigo 3º e parágrafo único¹⁵, que também coloca condicionalidades para o acesso.

¹⁴“Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991 – Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências”.(BRASIL, 2006)

¹⁵“**Art 3º.** A Previdência Social tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos da família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente. **Parágrafo Único.** A organização da Previdência Social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes: a) universalidade de participação nos planos previdenciários, mediante contribuição; b) valor da renda mensal dos benefícios, substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado, não inferior ao do salário mínimo; c) cálculo dos benefícios considerando-se os salário-de-contribuição, corrigidos monetariamente; d) preservação do valor real dos benefícios;e) previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional.” (BRASIL, 2006)

Especificamente por motivo de doença, o benefício desta política o auxílio-doença enquanto uma prática assegurada pela Previdência Social obedece a essa lógica, pois garante uma renda mínima aos trabalhadores que temporariamente ficam em situação de incapacidade laborativa. A Lei N°. 8.213, de 24 de Julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e da outras providências estabelece na Subseção V, Artigo 59:

“O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta lei, ficar incapacitado para seu trabalho ou para a atividade habitual por mais de 15(quinze) dias consecutivos” (BRASIL, 2006).

A carência diz respeito ao tempo que o segurado tem que contribuir para a Previdência, para assim ter direito ao benefício. Esta é estabelecida na mesma Lei, Art. 25, Inciso I: “auxílio-doença e aposentadoria por invalidez: 12 (doze) meses de contribuição.” A contribuição no caso do empregado¹⁶ é feita mediante desconto na folha de pagamento.

O valor do salário-de-benefício é tido, assim como dispõe o art. 29, § 2º: “O valor do salário-de-benefício não será inferior ao de um salário-mínimo, nem superior ao do limite máximo do salário-de-contribuição na data de início do benefício.” Conforme o caso o auxílio-doença pode se reverter em outro benefício, desde que obedecendo 62 da mesma lei¹⁷.

Conforme Cartaxo (1995), os segurados devem cumprir exigências para a concessão do benefício, percorrendo uma trajetória que vai do INSS ao empregador, passando por médicos, em busca de preenchimento de formulários e solicitando declarações. Esses formulários dizem respeito ao requerimento do “auxílio-doença”, onde constam os dados da empresa, do afastamento do trabalho, e a relação de salários de contribuição, ou seja, as informações dos 12 últimos salários e das contribuições feitas à Previdência Social.

Posteriormente, o segurado encaminha-se ao INSS para comprovação da doença mediante perícia médica. Sposati, citada por Cartaxo (1995), coloca que os critérios e exigências burocráticas selecionam os beneficiários mediante uma dinâmica de inclusão-exclusão tratando o universal como particular.

¹⁶ Considera-se empregado na Seção I, dos Segurados, Art. 11: “a) aquela pessoa que preste serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob a subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.” (BRASIL, 2006)

¹⁷ “O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível da recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade. Não cessará o benefício até que seja dado como habilitado para o desempenho de outra atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não-recuperável for aposentado por invalidez.” (BRASIL, 2006)

Assim Cartaxo (1995), salienta que a Previdência é pública e direito de todos, porém a burocracia em sua organização particulariza e individualiza os casos. Desta forma, o Estado por intermédio desta, define a cidadania como privilégio de alguns e não direito de todos, estabelecendo critérios para receber o direito ao “auxílio” requerido.

A seguir demonstraremos como o Serviço Social se coloca diante desse contexto, na empresa Sadia de Toledo, principalmente da sua intervenção nos afastamentos dos funcionários.

2 O SERVIÇO SOCIAL NA SADIA S/A UNIDADE DE TOLEDO/PR

2.1 A SADIA S/A NO MUNICÍPIO DE TOLEDO¹⁸

A Sadia foi fundada por Atílio Fontana, em 7 de junho de 1944, por meio da compra de um frigorífico em dificuldades, a S. A. Indústria e Comércio Concórdia, Santa Catarina que foi batizada por seu fundador, pouco tempo depois, como Sadia. O nome foi mesclado a partir das iniciais SA de "Sociedade Anônima" e das três últimas letras da palavra "Concórdia", DIA.

Em 1947 a Sadia abre uma filial distribuidora em São Paulo. Em 1953, a Sadia inaugura sua primeira unidade fora de Concórdia, o Moinho da Lapa S.A., localizado na zona oeste de São Paulo. Em 1961, a empresa institucionalizou o sistema de Fomento Agropecuário e a avicultura integrada em Concórdia. Em 1964, a Sadia inaugurou, na zona oeste da capital paulista, a então Companhia Brasileira de Frigoríficos-Frigobrás, primeira unidade industrial de carnes e derivados fora de Concórdia.

Na década de 1960 a Sadia inaugurou depósitos em Porto Alegre, Erechim, Porto União, Blumenau, Foz do Iguaçu e com escritórios comerciais em Curitiba, Londrina, Belo Horizonte e Brasília, a empresa cria, em 1967, a então Sadia Comercial Ltda. que passou a se responsabilizar por toda a atividade de vendas e distribuição dos produtos nacionalmente. Em 1976 é inaugurada a Sadia Oeste S.A, em Várzea Grande, Mato Grosso do Sul, que se dedicava ao abate de bovinos e à exportação de carnes. Ainda em 1976 cria-se a FAF – Fundação Atílio Fontana¹⁹.

A expansão continua com a consolidação da empresa no Paraná, inaugurando o abate de frangos nas unidades fabris de Toledo e de Dois Vizinhos. Em Santa Catarina, a empresa implanta a então Sadia Agropastoril, em Faxinal dos Guedes, Santa Catarina, em 1978, especializada em melhoramento genético animal, biotecnologia e técnicas avançadas de tratamento de solo. Em 1979, com a aquisição de uma fábrica de esmagamento de soja e extração de óleo, em Joaçaba, Santa Catarina, a Sadia entra no negócio da soja e, ao adquirir um frigorífico em Duque de Caxias, Rio de Janeiro, implanta naquela localidade mais uma fábrica para a produção de embutidos.

¹⁸ Retirado da construção aproximativa do campo de Estágio I, 2007.

¹⁹ Entidade dedicada à complementação de aposentadoria dos funcionários da Sadia.

Os dirigentes da Sadia, ao visitar o município de Toledo depararam-se com um pequeno frigorífico na periferia do município que foi inaugurado em 1959 e que estava operando em precariedade. Decidiram então comprá-lo, reformá-lo e colocá-lo em funcionamento como abatedouro e fornecedor de carne suína *in natura* ou semi-industrializada para São Paulo. A aquisição do Frigorífico Pioneiro pela Sadia foi formalizada em meados de 1964, iniciando imediatamente sua reforma. Após ter feito todas as reformas inaugurou-se uma nova unidade da Sadia.

Atualmente a Sadia de Toledo, além de abater aves (comercializadas congeladas inteiras e em partes) e suínos (comercializados “in natura”), produz para o mercado interno e externo, uma linha completa de industrializados de frangos e suínos: empanados, nuggets, apresetados e produtos suínos salgados e defumados. Produz ainda rações e concentrados, produto este que se destina a suprir as necessidades dos produtos rurais nas áreas de avicultura e suinocultura.

A Unidade possui quatro fábricas e dois frigoríficos: O Frigorífico de Suínos possui dois turnos de Produção de segunda a sábado, sendo que o abate é de 6.400 / dia. O Frigorífico de Aves abate 360.000/dia, a produção é de segunda a sábado, três turnos, divididos em aproximadamente 240 produtos.

Além disso, possui a Fábrica de Bacon, Fábrica de Industrializados, Fábrica de Presunto, Fábrica de Empanados, Fábrica de Rações, e a Fábrica de Extração de Óleo de Soja e Fábrica de Assados. Países para que exporta seus produtos: Europa, Oriente Médio, Rússia, Japão, Ilhas Canárias, Extremo Oriente, Armênia, Arábia Saudita Iraque, Yemen e Venezuela.

Toledo apresentou sucessivos índices de crescimento, transformando-se hoje num grande complexo industrial. Segundo dados fornecidos da empresa a Unidade conta com um complexo industrial de 1.358.846 m², tendo uma área construída de 136.139,89 m², possuindo uma área reflorestada de 1.925 hectares.

A empresa tem 8.793²⁰ funcionários diretos, 261 funcionários terceirizados, 1.100 funcionários temporários ou prestadores de serviço e 723 produtores integrados de aves e 1.360 produtores integrados de suínos.

Dentre as inúmeras profissões contratadas e envolvidas no processo de trabalho da empresa, nosso enfoque em específico se dará ao profissional assistente social em função da proposta de investigação.

²⁰ Informações concedidas na empresa em 22/09/2008, 27/08/2008 e 08/10/2008.

2.2 ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL E SUA INTERVENÇÃO NO SETOR EMPRESARIAL

A partir do contexto já exposto, buscaremos apreender neste item as atribuições profissionais do Serviço Social e a intervenção da profissão no campo empresarial.

Como aponta César (1998), a partir da reestruturação produtiva passa-se a exigir do trabalhador além de qualificação profissional múltiplas competências, como adaptabilidade, participação e envolvimento nos processos. Estes requisitos são a justificativa utilizada para a redução dos postos de trabalho e para a adoção de mecanismos mais rígidos de controle do desempenho do trabalhador atingindo-se assim um padrão de produção.

As iniciativas das empresas de modo geral neste contexto apresentam os seguintes aspectos segundo a autora: a) o consumo da força de trabalho, com a introdução de mecanismos de polivalência e multifuncionalidade, com a informatização do processo de produção bem como pelas mudanças na divisão sociotécnica do trabalho; b) do controle da força de trabalho materializado nos incentivos a produtividade, na participação e envolvimento do trabalhador nas metas e objetivos da empresa; c) da reprodução material da força de trabalho onde criam-se políticas de benefícios oferecidos pela empresa bem como aqueles ainda regulados pelo Estado.

Quanto aos benefícios cabe ressaltar que a concessão dos mesmos é estabelecida mediante critérios, estando diretamente ligada ao exercício de uma atividade específica e mais, a qualidade da inserção do trabalhador em setores estratégicos na empresa. Aqueles funcionários que são terceirizados e sub-contratados tem acesso mais restrito aos benefícios, além de seus salários serem mais baixos do que dos demais. À medida que a reprodução material do trabalhador depende principalmente do salário, os sistemas de benefícios aumentam a dependência do mesmo à empresa subordinando-o às normas de produção. Com o rebaixamento salarial o empregado aumentará seu desempenho trabalhando com qualidade e passando a depender dos incentivos e prêmios para aumentar sua remuneração.

A partir desse processo, de mudanças na forma de gestão da força de trabalho, também novas são as exigências feitas ao profissional de Serviço Social que é um trabalhador assalariado. Estas por sua vez além de manter as demandas já existentes à profissão determinam novos conteúdos para a prática profissional, modificando-se as condições de trabalho.

Assim como indica César (1998) os profissionais de Serviço Social atrelados a área de Recursos Humanos nas empresas passam a ser agentes de integração e comprometimento dos funcionários aos objetivos da organização. Cabe ao profissional

colaborar pedagogicamente para a socialização de valores e comportamentos que atingem diretamente no consentimento do trabalhador as exigências da produtividade.

Assim, o assistente social é requisitado para atuar junto à área de recursos humanos com o objetivo de satisfazer as necessidades humanas, deste modo, contribuindo para que a sociabilidade do trabalhador seja formada no sentido de que seu comportamento produtivo esteja compatível às exigências da empresa.

O Serviço Social encontra-se como um mediador na construção de uma nova racionalidade técnica e política na área de Recursos Humanos, e o controle sobre o trabalhador ultrapassa o âmbito interno da fábrica, como assinala César (1998):

O trabalho 'educativo', 'moralizador' e disciplinado, requisitado para garantir os níveis de produtividade, atenuar conflitos, coibir insubordinações, identificar insatisfações individuais e coletivas e inibir o potencial organizativo e reivindicatório dos trabalhadores, tem que sofisticar-se progressivamente, afinando-se com as novas técnicas e discursos gerenciais, que apregoam a participação e a colaboração. (CÉSAR, 1998, p. 138)

O envolvimento dos trabalhadores no sentido de participar e colaborar na motivação perpassa por suas necessidades de reprodução material, tanto a aquelas que perpassam a segurança no emprego como de sua família, ressaltam-se as necessidades sociais em suas relações cotidianas, de estima e de realização pessoal. A empresa por meio da política de recursos humanos busca o atendimento de tais necessidades, e o assistente social passa a ser legitimado pela capacidade de intervir nelas por meio dos serviços sociais.

Dentre as questões que o Serviço Social intervêm também está o assessoramento às chefias em se tratando de situações que acontecem fora do âmbito fabril. Assim, a vida privada do trabalhador torna-se uma demanda explícita a partir dos anos de 1990 para o Serviço Social, onde o profissional atua em questões relacionadas à vida particular do empregado as quais interferem em seu processo produtivo demonstrando seu caráter educativo e orientador. Todos os conflitos presentes no processo produtivo, seja nas relações de trabalho ou familiares dos trabalhadores, as chefias buscam auxílio do Serviço Social no sentido de direcionar soluções.

Conforme César (1995) o Serviço Social é cooptado também para intermediar as relações entre chefia e subordinado, amenizando conflitos e tensões que se relacionam ao clima organizacional e ao repasse de informações. A profissão também permanece ligada à prestação de serviços sociais, no que diz respeito à concessão de benefícios sob a colocação de critérios de elegibilidade e a triagem socioeconômica. No entanto, estas atividades passam

a ser subordinadas a disponibilidade da empresa, no sentido de aperfeiçoar e racionalizar os recursos, bem como com a inclusão da avaliação do desempenho sendo critério para o consumo de serviços.

Através do trabalho do assistente social busca-se também responder a problemas sociais que afetam a produtividade do trabalhador, seja por carência material ou por comportamentos inadequados, bem como as condições de vida, o relacionamento familiar, a disciplina na fábrica e a inadaptação ao trabalho. Nestas práticas o Serviço Social mantém traços tradicionais de natureza pedagógica na sua abordagem, mas a socialização e utilização das informações se alteram de forma significativamente.

Diante das idéias colocadas, evidencia-se que a partir das mudanças oportunizadas pela reestruturação industrial várias são as requisições postas no conteúdo do trabalho do assistente social.

De acordo com César (1998) uma destas é o redimensionamento do uso das informações acumuladas pelo Serviço Social que passa a ser utilizada pelas gerencias para definição dos itens de controle para verificação do gerenciamento do trabalho alinhado ao planejamento da empresa. Para tanto, é necessário reorganizar e racionalizar os serviços internos alterando-se o próprio processo de trabalho do profissional que é exigido no sentido de compreender, programar e administrar seu novo cotidiano, inclusive, uma maior capacidade técnica para manipular as informações através da informática, gerenciando seu trabalho para a melhoria contínua.

Outra questão segundo a mesma autora é o uso de uma outra racionalidade técnica, atrelada a critérios de eficácia e eficiência que perpassam o Serviço Social. Isso se dá mediante a padronização das atividades, sendo que as consideradas prioritárias são especificadas nos itens de controle, estabelecendo-se metas de melhorias para as ações em conformidade com as necessidades dos clientes internos e os da empresa. Busca-se a eliminação de desperdícios, da inconsistência e a insuficiência com a diminuição do tempo subutilizado de trabalho introduzindo-se esquemas de controle e avaliação de desempenho do assistente social que tende a apresentar o resultado prático-operativo de seu trabalho.

O desenvolvimento de programas participativos atrelados à qualidade total também fazem parte das atuais requisições do trabalho do assistente social nas empresas. Estes programas geralmente materializados na forma de Círculos de qualidade buscam a melhoria contínua nos processos de produção no sentido de inovar e provocar mudanças nas relações de trabalho. Os assistentes sociais são cooptados para participar, colaborar e assessorar tal prática, dando suporte nas reuniões na sua área.

Quanto à ampliação do sistema de benefícios e incentivos o Serviço Social intervêm junto a essa demanda no sentido de racionalizar a concessão dos mesmos através de critérios meritocráticos. A capacitação do profissional também é exigida a medida que a empresa realiza treinamentos contínuos, os quais direcionados para as demandas específicas dos trabalhos, fornecendo conhecimentos para aplicação no posto de trabalho. Acrescentam-se ainda ações ligadas a avaliação de desempenho individual, por meio da definição de habilidades e atributos comportamentais por parte da empresa os quais correspondam aos padrões de qualidade e produtividade.

São exigidos vários parâmetros de comportamento ao profissional conforme César (1998). O conhecimento que o profissional deve ter para que possa responder perguntas, tirar dúvidas e principalmente de resolver problemas, sendo assim, é preciso conhecer as rotinas tanto de seu trabalho e área como dos outros setores e políticas.

Outro traço exigido colocado pela autora, é a competência para agilizar, organizar e executar com exatidão suas atividades buscando a melhoria dos processos sendo uma característica comportamental que o profissional deve apresentar. O profissional deve manter uma atmosfera positiva no sentido de tornar agradável, receptivo, organizado, limpo e confortável e para que as pessoas possam lhe entender é preciso se comunicar com clareza.

A cooperação com a equipe de trabalho bem como o esforço extra empreendido pelo profissional juntamente com as outras características apresentadas demonstram que as empresas vêm buscando a formação de um tipo de força de trabalho que não apenas seja capaz de compreender implementar e administrar a organização de seu processo de trabalho e as inovações, mas busca um comportamento que recaia num desempenho excelente, estável e previsível de forma flexível e dinâmica para melhor se comunicar e produzir inovações.

Tais requisições interferem nas condições de trabalho dos profissionais na intensificação do trabalho por meio da infinidade de atendimentos e situações que o assistente social intervêm, na racionalização de suas atividades, na redução dos postos de trabalho que gera a instabilidade e insegurança o que faz os profissionais esforçarem-se para justificar sua presença na empresa. A multifuncionalidade, os esquemas de controle e avaliação de desempenho e a sujeição à desqualificação devido à exigência de polivalência são outros agravantes nas condições de trabalho dos assistentes sociais nas empresas.

Iamamoto (1999) coloca que apesar de se constituir enquanto uma profissão liberal, o Serviço Social não consegue efetivar-se como tal, pois, não possui os meios financeiros, técnicos e humanos necessários para que o exercício profissional seja totalmente independente das instituições. Assim, a atividade do assistente social depende na maioria das

vezes de organizações, as quais organizam e determinam seu trabalho. O Estado, as empresas, as entidades não-governamentais, as quais viabilizam serviços a seus usuários, estabelecendo os recursos, as prioridades de atendimento, e que acabam interferindo diretamente na definição dos papéis e funções profissionais que compõe o cotidiano institucional.

As mudanças contemporâneas no mundo do trabalho repercutiram no trabalho dos assistentes sociais. Nas empresas em específico, mantêm-se a área de atendimento à assistência social, aumentando por outro lado a atuação na área de Recursos Humanos onde o profissional assistente social atende tanto o assessoramento as chefias como na criação de comportamentos produtivos favoráveis. Amplia-se a participação em CCQs, nas equipes interprofissionais, nos programas de qualidade total, num convite a participação.

Nota-se então, que além de manter as atribuições primeiras, como a eliminação de tensões sociais, do incentivo ao comportamento produtivo para a redução de absenteísmo, a viabilização de benefícios sociais, bem como nas relações humanas no âmbito do trabalho, o assistente social é chamado diante das novas condições para a participação, no discurso da qualidade, da parceria, da cooperação que fazem parte na busca pela valorização do trabalhador, pois é necessária a sua adesão às metas de competitividade e produtividade empresariais.

Como enfatiza Iamamoto (1999) são várias as novas possibilidades de trabalho colocadas para o assistente social e estas se apresentam e necessitam ser apropriadas, decifradas e desenvolvidas, pois se o Serviço Social não as fizer outros farão, ocupando espaços de trabalho. Para isso é necessário reforçar a qualificação e a competência crítica, para ser aquele profissional que além de executar, também pensar, analisar, pesquisar e decifrar a realidade, ou seja, os processos sociais.

2.3 A PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS NA SADIA S/A UNIDADE DE TOLEDO PR²¹

O Serviço Social na Sadia S/A de Toledo foi implantado no ano de 1979. O surgimento do Serviço Social na instituição se fez necessário devido à preocupação da empresa em relação à saúde dos funcionários e de seus dependentes, tendo como objetivo realizar atendimentos familiares em caso de doença, acompanhamento e fiscalização de

²¹ Este ponto é baseado na Construção Aproximativa do Campo de Estágio I, 2007.

convênios hospitalares, atendimentos aos funcionários (conflitos conjugais) e a realização de trabalhos de base como palestras sobre higiene e economia doméstica.

O Serviço Social se situa dentro da estrutura organizacional, sendo de suma importância para as diretrizes administrativas, e se encontra vinculado ao Departamento de Recursos Humanos. Com sala individual para atendimentos e com todos os recursos para desenvolver as mais diversas atividades.

Este Departamento está subdividido hierarquicamente desta forma: Gerência da Unidade, Departamento de recursos humanos onde estão alocados os seguintes sub-departamentos: Desenvolvimento de pessoal que tem por função o recrutamento, seleção e treinamento de pessoal; o Segurança, Saúde e Medicina do Trabalho-SESMT responsável pela segurança no trabalho e medicina ocupacional; Administração de Pessoal que trata de questões acerca da folha de pagamento, de cargos e salários e dos funcionários terceirizados; e a área de Benefícios que aloca a Assistência Médica (Plano de Saúde) e o Serviço Social.

O Serviço Social na Sadia S/A tem como objetivo primordial desenvolver no funcionário (a) – habilidades que o capacitam a atender, por si mesmo, suas necessidades básicas e de relacionamento social. Neste sentido, o Serviço Social procura orientar os funcionários para as diretrizes das relações no trabalho, proporcionando um intercâmbio entre os funcionários, supervisores e chefias.

Sendo assim, o Serviço Social intervêm junto aos funcionários, encarando-o como agentes de seu próprio processo de superação dos fenômenos e das dificuldades que surgem da sua vivência cotidiana em suas relações sociais, e busca a emancipação do ser humano, no sentido de compreender e apreender a realidade vivenciada por ele, baseando-se sempre no Código de Ética do Serviço Social, mais especificamente nos seguintes princípios:

- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Seguindo estes objetivos, o Serviço Social realiza diversas atividades que não atingem somente os funcionários, mas também, seus familiares e isso reflete na própria sociedade. Dessa forma, sendo os usuários do serviço social os próprios funcionários e familiares este realiza os atendimentos individuais, visitas domiciliares, visitas hospitalares, visitas nas granjas, concessão de benefícios e atividades acerca destes, palestras no Programa Geral de Integração-PGI, orientações, acompanhamento dos Funcionários afastados pelo INSS, informações diversas e também pertinentes aos recursos da comunidade, participação no Programa Ambiente Sadia e nos grupos de Círculos de Qualidade Sadia-CQS.

As ações desenvolvidas no Departamento de Recursos Humanos da Sadia S/A de Toledo têm o intuito de defender e atinar as relações de trabalho, haja vista que este objeto trata de um conjunto de relações sociais.

O Serviço Social manifesta-se como uma profissão interventiva nesse contexto, que historicamente, apresenta interesses de classe antagônicos e contraditórios. Constitui-se como forma de especialização do trabalho coletivo, inscrita na divisão social e técnica do trabalho e suas ações articulam-se cotidianamente ao efetivar-se na construção posta pelo modo de produção capitalista, através de respostas ao seu objeto por meio das políticas sociais, especialmente no que diz respeito às particularidades conjunturais apresentadas a partir da década de 1970, que ganham novas dimensões na década de 1990, com as mudanças ocorridas nas relações de trabalho.

Assim, no Departamento de Recursos Humanos da Sadia S/A de Toledo, o Serviço Social realiza orientações, encaminhamentos e providências em relação a questões de cunho social associados a carências materiais, exigindo por vezes a realização de visitas domiciliares, buscando elementos das relações sociais estabelecidas e respostas juntamente com seus usuários a essas condições.

O Serviço Social também orienta quanto a viabilização dos direitos sociais, principalmente os que dizem respeito à previdência social, bem como dos benefícios concedidos pela empresa e pelos serviços do município em geral, informando os meios de viabilizá-los. Isso possibilita a melhor qualidade dos serviços prestados e uma maior abrangência no seu acesso.

Tendo em vista mudanças organizacionais, a maior parte da documentação referente a benefícios pertencente antes ao setor de rotinas trabalhistas, passou a ser responsabilidade do Serviço Social. Atualmente as atividades desenvolvidas pelo Serviço Social na instituição são predominantemente acerca dos benefícios, o que toma o maior tempo do trabalho das profissionais.

O trabalho em equipe para a execução de metas de qualidade total se expressam nas auditorias de Cinco Sentidos-5s, das reuniões de Circulo de Qualidade-CQS que buscam soluções para questões na área através de trabalhos de pequenas equipes, bem como a economia, a agilidade nos processos, ou seja, pela sua melhoria contínua. Os itens de controle também caracterizam essa prática, nos quais são colocados os atendimentos e atividades principais.

Quanto a segurança no trabalho o Serviço Social participa do Dialogo de Saúde e Segurança-DSS, onde são discutidos padrões de segurança, medidas preventivas de acidentes no trabalho, entre outros. Ocasionalmente o Serviço Social executa o DSS, no sentido de orientação quanto aos cuidados da saúde, da motivação e da explanação de benefícios. Além destas, várias outras são as atividades desempenhadas pelas assistentes sociais, as quais são:

Programa Geral de Integração-PGI

Realização da explanação dos benefícios concedidos pela Sadia aos funcionários admitidos pela empresa. Tem por objetivo esclarecer e tirar dúvidas a respeito dos mesmos. É realizado semanalmente, as terças feiras e dura aproximadamente uma hora e meia.

Plano de saúde Auto-Gestão Vida Sadia

É o Plano de Saúde oferecido pela Sadia aos seus funcionários e dependentes. A adesão é voluntária no PGI, a assinatura dos termos de adesão é acompanhada pelo Serviço Social que também esclarece a respeito de dúvidas e reclamações posteriores.

Assistência odontológica e farmácia

É uma parceria da Sadia com o Sindicato das Indústrias de Alimentos de Toledo. Os elegíveis são os funcionários e seus dependentes, e a cobertura é de tratamentos básicos e específicos. O Sindicato atende mediante consulta agendada e conta com 9 profissionais. O Serviço Social divulga esse tipo de assistência no PGI e presta informações.

Programa de Previdência Privada Sadia-PPS

É um programa que tem como principal a suplementação da aposentadoria para funcionários que recebem acima de 1800 reais sendo que com a adesão haverá desconto de 4% do valor do salário. São participantes do programa apenas funcionários admitidos desde janeiro de 2003. A desistência do programa pode ser feita de 1º a 10º de cada mês, mediante o cancelamento do mesmo para posterior resgate do dinheiro, qual pode ser realizado pelas

assistentes sociais e estagiárias, que além disso realiza as adesões e tira dúvidas a respeito do mesmo.

Seguro de vida obrigatório

Cobre eventos relacionados à invalidez e óbito de funcionário e seus dependentes diretos. O serviço social faz mediante solicitação do funcionário a inclusão de dependentes, a alteração de beneficiário, bem como os orienta quanto aos encaminhamentos para o recebimento.

Assistência funeral

Cobre eventos relacionados ao funeral de funcionários, conjugues e filhos menores de 18 anos, sendo que a cobertura é nacional e o valor é de 3.000 reais. Este benefício pode ser estendido para pais dos funcionários, desde que eles tenham mais de 70 anos, o valor é de dois reais e cinquenta centavos, do dia 1º a 10º de cada mês, no Serviço social, que além de fazer essa inclusão de dependentes orienta quando necessário, os procedimentos a serem tomados pela família em caso de sinistro.

Empréstimo consignado

Os funcionários da Sadia podem fazer empréstimo consignado ou seja, com desconto na folha de pagamento. Os quesitos básicos para realizá-lo são: ter no mínimo um ano de empresa; não ter outro empréstimo em aberto; e o valor das parcelas não ultrapassar a margem para a concessão do empréstimo já estabelecido em folha. O Serviço Social realiza a averbação desses empréstimos, verificando os dados acima citados, e orienta em caso de dúvidas.

Fundação Attilio Fontana-FAF

É uma entidade dedicada à complementação de aposentadoria, bem como de salário em caso de auxílio-doença. São participantes da Fundação os funcionários admitidos até 2002, e estes contribuem mensalmente com uma taxa para a manutenção da mesma, podendo fazer também empréstimos com juros mais baixos que nos outros bancos. O Serviço Social faz todos os encaminhamentos relativos à suplementação e aos empréstimos.

Projeto Acompanhamento de funcionários afastados pelo INSS

O Serviço Social na Sadia realiza os encaminhamentos necessários bem como o acompanhamento dos funcionários que estão afastados por auxílio doença, que ocorre por diversos motivos: doença ocupacional, acidente de trabalho e de trajeto, entre outros. Deste modo, o trabalho das assistentes sociais na Sadia S/A se inicia a partir do momento em que o funcionário entrega atestado médico de 15 dias pelo mesmo CID-doença e passar pelo Departamento Médico da empresa e pelo médico do trabalho, que avalia seu atestado e sua patologia, se julgar necessário em comum acordo com o médico assistente irá efetuar uma guia de encaminhamento para o INSS, sendo que o funcionário se dirige ao Serviço Social para realizar o preenchimento da documentação e a regularização no sistema de cartão ponto.

A profissional preenche um formulário identificado como “Histórico de atendimento-afastamento INSS” no qual são descritos os dados pessoais, profissionais e condições de saúde do funcionário. Em seguida, a assistente social orienta-o sobre o preenchimento do “Atestado para perícia médica – Padrão de quesitos” que deverá ser realizado pelo médico especialista que acompanha o funcionário e entrega uma relação de outros documentos que o mesmo deverá providenciar para o afastamento. Posteriormente, agenda uma data para ele retornar à empresa com a documentação solicitada.

Após isso, o trabalhador retorna a empresa com os documentos solicitados, para assinar seu afastamento através do protocolo de procedimento para encaminhamento de auxílio doença, e quando necessário a “Instrução normativa” que é o termo de responsabilidade e compromisso para manutenção e custeio dos benefícios assistenciais (por exemplo: plano de saúde, seguro de vida obrigatório, e em alguns casos: aluguel, fundação, empréstimos consignados). A seguir, o funcionário é orientado a ligar no 135 – telefone de atendimento nacional do INSS para agendar um horário para a realização de perícia médica.

Depois de ter o resultado da perícia, o funcionário volta ao Departamento de Serviço Social, para comunicar a empresa da decisão tomada pelo médico perito do INSS. Se o Instituto concede o benefício o trabalhador é orientado a retornar uma semana antes da data prevista para a alta para informar a empresa se vai pedir prorrogação do benefício, pedido de reconsideração (nos casos em que o INSS indefere o pedido) ou retornar ao trabalho.

Durante o período de afastamento do funcionário, o Serviço Social conforme a necessidade e a disponibilidade acompanha-o através de visitas domiciliares que tem por objetivo verificar as condições sócio-econômicas, bem como o tratamento de sua patologia. O instrumental utilizado para registro dos dados é a ficha de visita domiciliar que contém questões que permitem a verificação da situação do empregado e informações da situação em

relação ao tratamento de saúde e a possibilidade de retorno ao trabalho. Através desse instrumental, as profissionais assistentes sociais têm condições de avaliar a situação de saúde do funcionário afastado.

Estas visitas ainda ocorrem quando há casos de denúncias anônimas sobre a existência de funcionários da empresa que estão recebendo do INSS e mesmo assim estão desempenhando outra atividade remunerada. Este ato é considerado ilícito, porque entende-se que o funcionário durante seu período de afastamento do trabalho deverá fazer o tratamento de sua doença para que quando retornar ao trabalho esteja totalmente recuperado.

Visitas domiciliares

Têm por objetivo avaliar situações referentes ao acompanhamento de afastados, casos de absenteísmo²², bem como orientações e acompanhamento de questões pessoais, de cunho organizacional ou familiar.

Visitas hospitalares

Tem por objetivo avaliar a qualidade de atendimento prestado aos funcionários e dependentes que estão internados nos hospitais conveniados ao Plano de Saúde Auto Gestão da Sadia.

Visita às granjas da Sadia para explicar benefícios

Tem por objetivo lembrar aos funcionários mais antigos que trabalham nas diversas granjas a respeito dos benefícios, bem como esclarecer e tirar dúvidas sobre os mesmos.

Diante das atividades realizadas pelo profissional assistente social, e acompanhadas na experiência de estágio, ressalta-se que a prática profissional do Serviço Social neste campo empresarial é de extrema relevância, porém não podemos esquecer da sua própria condição de trabalhador que traz em si valores, cultura e costumes que tem uma identidade e subjetividade própria.

Como coloca Nicolau (2001), o trabalho do Assistente Social se organiza a partir das instituições que o requisitam, com objetivos já colocados por esta, bem como as prioridades e serviços prestados que vão fazer parte do cotidiano profissional. Isso impõe

²²Segundo informações da empresa é o índice que mede a ausência dos funcionários ao trabalho. Ocorre quando o funcionário acumula faltas injustificadas. A visita domiciliar é feita geralmente sob solicitação feita pelo supervisor do funcionário.

limites ao trabalhador assistente social não sendo considerado em sua subjetividade, ou seja seu próprio conhecimento pessoal, seus valores, sua cultura, e principalmente de saberes técnico, ético e político.

A instituição busca respostas do profissional as demandas, enquanto este detêm um saber que não é reconhecido por ela, colocando muitas vezes uma dicotomia entre o fazer, ou seja, o trabalho, o saber, e desta forma o pensar do profissional diante de suas ações.

Em seguida, colocam-se os procedimentos metodológicos explanando o perfil dos sujeitos da pesquisa e análise e interpretação dos dados.

3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS UTILIZADOS NA CONSTRUÇÃO INVESTIGATIVA

Primeiramente é preciso definir o significado de pesquisa entendendo qual a sua importância. Como coloca Prates (2003, p.123) a pesquisa é realizada para “responder indagações que nos são postas pela realidade [...] uma pesquisa deve responder sempre a um problema, seja teórico ou prático.”

A pesquisa científica se diferencia das demais de acordo com Prates (2003, p. 123) “pela profundidade com que tratamos o tema de estudo, o uso de critérios de cientificidade, a apropriação e utilização de métodos científicos.”

Para melhor aplicação e interpretação da pesquisa foram necessárias algumas decisões metodológicas. Como forma de abordagem dos dados foi escolhida a qualitativa que segundo Chizzotti (2001 p.79) parte do fundamento que há uma relação dinâmica entre a realidade e o sujeito, uma interdependência entre sujeito e objeto e um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. No entanto, o sujeito observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos atribuindo-lhes significado. O objeto não é um dado neutro e inerte, mas sim possui significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

Primeiramente, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre assuntos que convergem com a temática, que consiste na “fase de reconhecimento do assunto pertinente ao tema em estudo [...] permite ao pesquisador identificar e decidir se determinada obra convém ou não ao seu trabalho.” (MARCONI e LAKATOS, 1982 p. 58). Neste aspecto, levantaram-se as principais referências que se aproximam do objeto que fornecem elementos para conhecer e para desvelar compreensões equivocadas ou desconhecidas, contribuindo para o direcionamento e compreensão da pesquisa.

Nesta pesquisa optou-se pela coleta e análise de dados, pois possibilitará o acesso às opiniões e vivências dos sujeitos que se aproximam aos critérios definidos para a pesquisa. Nesse sentido é “a etapa da pesquisa em se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos”. (MARCONI e LAKATOS, 1982 p. 30).

Para realização deste procedimento de coleta de dados optou-se pela entrevista semi-estruturada, que para Triviños (1987) é a técnica mais eficiente para apreender a visão dos sujeitos da pesquisa ao passo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as

perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação.

Neste sentido, os instrumentos e materiais a serem utilizados são o formulário e o gravador. O formulário de questões abertas possibilita o direcionamento da entrevista, a qual é baseada nos objetivos da pesquisa e é aplicado pelo próprio pesquisador (ver apêndice). Esta forma de entrevista permite que o entrevistado se sinta mais livre para responder, expondo assim suas idéias de forma mais espontânea, enriquecendo a pesquisa e o uso das informações.

O gravador de voz é de grande valia, pois documenta as falas e possibilita a sua transcrição na íntegra tendo um melhor aproveitamento do contexto por parte do entrevistador. Para melhor entendimento das falas, foram adequadas algumas expressões de linguagem, sem retirar a fidelidade do pensamento da fala do entrevistado.

No contato inicial com os entrevistados por telefone, foram explicados os objetivos da pesquisa de forma clara e colocado da necessidade do gravador, reforçando que não seria um meio de manipular as falas, mas para a entrevista correr de forma mais livre, como uma conversa e espontânea. Foi deixado claro também para o entrevistado que o projeto da pesquisa proposta passou pelo processo de avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da UNIOESTE-CEP, sendo formulado um Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento (apêndice 3), expressando todos os parâmetros da pesquisa, sendo que seus nomes serão mantidos em sigilo e os sujeitos não terão nenhum risco em participar da pesquisa. Depois disso foi marcado um horário que os sujeitos e o pesquisador estivessem disponíveis, sendo autorizado a ida as residências dos mesmos.

Na referida pesquisa fez-se contato prévio por telefone com os sujeitos selecionados, e optou-se por realizar a entrevista nas suas respectivas residências, pois se entende que neste espaço o sujeito fique mais a vontade e pode-se apreender melhor o contexto vivido por este, enquanto que na instituição não se dispunha de tempo e espaço adequado para a entrevista, e até mesmo o sujeito poderia se sentir constrangido pela sua ligação com a empresa.

Quando foi-se dirigido as casas, os sujeitos já estavam a espera do pesquisador, sendo que primeiramente se realizou novamente uma conversa colocando os pontos principais a serem colocados, e também pedido para os sujeitos lerem e assinarem o termo acima citado, para não haver nenhum constrangimento a nenhuma das partes.

O universo da pesquisa compõe-se de 28 sujeitos, do sexo masculino, que tem como último encaminhamento do processo de afastamento a reativação judicial.

A amostra se constituiu intencionalmente, pois como indica (MARCONI e LAKATOS, 1982 p. 47) “o pesquisador esta interessado na opinião de determinados elementos da população, mas não representativos da mesma”. Esta se formou por 5 homens, que atenderam aos critérios da pesquisa, os quais são: ter como motivo do afastamento problemas de coluna, estar em processo judicial de aposentadoria de invalidez, afastado a partir de 2002, e residir do município de Toledo. Foram escolhidos homens, pois é o sexo que mais predomina entre os afastamentos, assim como a situação de doença na coluna.

Conforme foram contatados, 4 se disponibilizaram para a entrevista e 1 recusou a participação, não se optando por incluir novos sujeitos a pesquisa. Foi utilizado um formulário elaborado de acordo com os objetivos da pesquisa (apêndice 1), sendo as entrevistas realizadas no mês de Setembro.

Foram realizadas também entrevistas com as duas assistentes sociais para atender ao objetivo específico de conhecer sua intervenção no Departamento de Recursos Humanos, utilizando-se outro formulário buscando responder este objetivo (apêndice 2). Com as assistentes sociais a entrevista foi realizada conforme a disponibilidade das profissionais, e não houve um agendamento prévio, ocorrendo no próprio espaço de trabalho das profissionais. O material das entrevistas foi transcrito e resultou em 18 páginas.

Assim, os depoentes totalizaram um número de 6 pessoas, e estes serão caracterizados por pseudônimos, E1, E2, E3, E4 para os funcionários, e AS1 e AS2 para as profissionais assistentes sociais na análise na pesquisa.

3.2 PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Para o levantamento do perfil dos sujeitos da pesquisa, foram estabelecidos alguns aspectos a serem considerados tais como: idade, ano de admissão na empresa, área em que trabalhava quando estava ativo, o ano de afastamento do trabalho, o motivo do afastamento, o grau de escolaridade, o número de membros que moram na residência do entrevistado e por fim a região da cidade em que o mesmo reside, coloca-se também o tempo que o segurado aguarda a aposentadoria por invalidez.

O entrevistado E1 tem 41 anos, foi admitido na empresa em 2002, trabalhava no setor de aves e se afastou por motivo de hérnia de disco, posteriormente se agravou a situação com uma cirurgia no coração para a colocação de uma válvula mitral, que ocorreu no ano de 2004. O entrevistado tem ensino fundamental completo, na sua casa localizada no Bairro

Santa Clara IV residem quatro pessoas, ele esposa filho de 17 anos e filha de 16 anos, localizada. Aguarda a decisão quanto a aposentadoria por invalidez há dois anos.

O sujeito E2 tem 37 anos, entrou na Sadia em 1999, mas anteriormente trabalhou como empregado terceirizado de 1994 a 1997, trabalhava no setor de Suínos, e afastou-se do trabalho em 2005 por hérnia de disco realizando procedimento cirúrgico posteriormente. Tem como grau de escolaridade o ensino fundamental completo, na residência localizada no Bairro Santa Clara IV onde moram três pessoas, o funcionário, a esposa e a filha de 11 anos. Espera a aposentadoria por invalidez desde 2005.

O entrevistado E3 tem 39 anos, foi admitido na empresa em 1995 no setor de aves, se afastando do trabalho em 2002, por motivo de hérnia de disco. Tem ensino médio completo, e as pessoas que residem na casa localizada no Bairro São Francisco totalizam cinco: ele, esposa, e três filhos. Aguarda aposentaria por invalidez desde 2006.

Quanto ao E4, tem 56 anos, começou a trabalhar na Sadia em 1991, na área de aves. Afastou-se de suas atividades laborativas em 2004 por hérnia de disco entre outros problemas na coluna como “bico de papagaio”, desgaste e artrose. O sujeito tem a 4ª série completa, sendo que na residência localizada na região do Centro moram apenas ele e a esposa. Aguarda a aposentadoria por invalidez há dois anos.

A AS1 tem 38 anos, é graduada em Serviço Social pela Unioeste-Campus de Toledo em 1998, e tem especialização em Educação, Políticas Sociais e atendimento à família pela Faculdade de Ensino Superior em Marechal Cândido Rondon-UNIRONDON concluída no ano de 2002, esta no espaço sócio-ocupacional como contratada da empresa desde 2003.

A AS2 tem 23 anos, é graduada em Serviço Social pela Unioeste -Campus de Toledo em 2005, está atualmente realizando curso de especialização em Mestre em Administração de Negócios-MBA em Gestão de pessoas pela Faculdade Sul Brasil-Fasul, fez estágio no campo da empresa e foi contratada como assistente social no ano de 2007.

3.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

3.4 AS CONDIÇÕES DE TRABALHO PRESENTES NAS ATIVIDADES LABORATIVAS DOS TRABALHADORES

Pensar em trabalho é primeiramente entendê-lo inserido no modo de produção capitalista, sendo um conjunto de relações sociais estabelecidas para de um lado acumular o capital para aqueles detentores dos meios de produção, e de outro, satisfazer as necessidades do trabalhador que detêm sua força de trabalho vendida em troca de um salário. Este

movimento é extremamente contraditório e envolve muitos interesses, principalmente o de se manter a forma da sociedade atual que gera inúmeras desigualdades a partir desse processo.

Segundo Iamamoto (2008) à medida que o modo de produção capitalista se desenvolve mais as relações sociais de produção tornam-se alienadas dos próprios homens, invertendo-se sujeito e objeto, em que o homem passa a ter dimensão de mercadoria, e a mercadoria toma forma personificada, vista como algo humano de forma fetichizada, sendo o principal objetivo a ser alcançado. Desta forma as mercadorias e o dinheiro tomaram a égide da sociedade sob a hegemonia do capital financeiro e internacionalizado, obscurecendo as relações de exploração do trabalho e as desigualdades sociais, evidenciadas nas expressões da questão social reproduzidas nessa lógica.

Nesse sentido, coloca-se que:

As relações sociais de produção envolvem contradições de classe que se amplificam em contradições sociais e políticas. Todo espaço ocupado pelo capital transforma-se em 'espaços de poder'-a empresa, o mercado, a vida cotidiana, a família, a cidade, a arte, a cultura [...]ou seja[...] todos onde a mais-valia é produzida, quanto aqueles em que ela reparte-se e é realizada, abrangendo o conjunto do funcionamento da sociedade.[...] (LEFEVBRE citado por IAMAMOTTO, 2008, P. 49-50)

O trabalho em sua dimensão original, modificou-se profundamente a medida em que ocorreu a constituição do modo de produção e acumulação capitalista e, principalmente após a introdução das máquinas e o assalariamento que tornou a relação de trabalho humana repetitiva e mecânica.

A globalização financeira e tecnológica impôs novas formas de organizar o trabalho, trazendo em si segundo Gramsci (2001) citado por Iamamoto (2008) novas características de produzir e trabalhar, de se viver social e politicamente. A fábrica passa a ser a estrutura que organiza a vida social, gerando não só bens materiais, mas modificando a ideologia. Enquanto se racionaliza e simplifica o processo de trabalho, exigem-se novas formas prático-laborativa, ideológico cultural e de auto-representação política, recaindo assim no comportamento e na forma de viver dos trabalhadores tanto dentro como fora da fábrica.

Como coloca Antunes (1997), a partir de meados da década de 1980 ocorreu um grande salto tecnológico, inserindo-se e se desenvolvendo no universo fabril mudanças nas relações de trabalho e de produção do capital, através da mescla de formas de produzir anteriores (fordismo e taylorismo), bem como a experimentação de outros processos produtivos, como o toyotismo que penetra e mistura-se com o padrão fordista dominante, em

diversas partes do capitalismo globalizado. Este capitalismo, agora flexível e especializado busca atingir novos padrões de produtividade, com vistas a adequação da produção a lógica do mercado, para o consumo de mercadorias, o que faz emergir novas formas de gestão sobre a força de trabalho, através do primado da qualidade.

Antunes (1997) demonstra que o fordismo tem por características a produção em massa, através de uma linha de produção, e a produção de produtos homogêneos, buscando controlar o tempo e movimentos. O taylorismo objetiva a produção em série, pelo trabalho parcelado e fragmentado entre as funções, onde se separa quem elabora de quem as executa no processo de trabalho. O toyotismo que tem por característica a operação simultânea de varias máquinas por apenas um trabalhador, diminuindo o número de pessoas nas empresas, tornado-as enxutas e produz-se somente o necessário aproveitando-se da melhor forma o tempo, tornado as corporações competitivas para satisfazer as necessidades dos clientes.

Todas estas formas de organizar o processo produtivo, tem como principal elemento a apropriação da mais-valia e embasados na exploração da força de trabalho, através de mecanismos de gestão e de controle sobre a produção que exigem do trabalhador mais esforço físico e mental diante das atividades.

Cabe aqui retratar a atividade executada pelos sujeitos da pesquisa, onde demonstram efetivamente como isso se reproduz em seus espaços de trabalho em que se evidenciam traços de repetição em seu trabalho, e o excesso de peso devido ao grande contingente de matéria-prima animal manuseada pelo mesmo de forma indireta. Neste caso tem-se uma esteira onde são colocadas as caixas grandes com o produto pronto para consumo, passando pela força humana braçal, repassando para a próxima atividade outro processo. Para o sujeito a introdução de mais máquinas deixou o processo mais moderno, a medida que na verdade as formas antigas juntaram-se com as novas tecnologias para expropriar mais cargas de trabalho:

É expedição, no suínos, é carregamento, carregamento de frios, hoje em dia a atividade em si esta mais moderna, mais no nosso tempo, quando nós entramos lá já era mais braçal né, o serviço era mais carregado peso, era então o produto em caixa grande , e era na esteira tinha que carrega tudo praticamente braçal.(E2)

Na era do consumo e da realização individual, as mercadorias nos são apresentadas de uma forma fantástica, aguçando o prazer por consumir em massa. As empresas utilizam-se de muitos artifícios de propaganda para estimular a compra de seus produtos, pois o consumo é atrelado a demanda, e o foco é a satisfação do cliente. Isso recai

na gestão da força de trabalho nas corporações que em constante competição no mercado, aumentam os mecanismos de controle sobre a qualidade, produtividade, o que aumenta a exploração sobre a força de trabalho. No corte de gastos, as empresas tornam-se cada vez mais enxutas, reduzindo-se os contratos de trabalho, e o processo exige agilidade, multifuncionalidade e polivalência dos trabalhadores. Percebe-se também a presença da chefia imediata, a qual supervisiona o processo de produção de forma constante, para que as metas sejam alcançadas:

[...] ai tem a esteira, e tinha umas caixas que colocava em cima, pra descarte, ai foi quando eu comecei a carregar essas caixas, a pegar peso, esforçar, carregava jacaré [instrumento onde se colocam as caixas], o jacaré cheio de caixas em cima, faltava pernas [de frango] pra fazer o processo lá, o chefe chamava na salinha e falava, a mesa fico três minutos parada, três minutos parada, vinte e duas pessoas são tantas pernas [de frango] que deixou de fazer no dia, isso na semana, no mês, no ano quanto é que não dá?, ai eu tinha que ir lá e pegar essas pernas, tinha um carrinho, mas de vez em quando esses carrinhos não estavam, ai você chegava a encher duas caixas de perna de frango, e trazia correndo e colocava lá dentro.(E3)

Como coloca Mandel (1985) citado por Iamamoto (2008) em tempo de capital internacionalizado, se produz e incorporam-se novas tecnologias na produção que são acompanhadas pela diversidade nas formas de organização do trabalho. A medida que em algumas falas se colocam traços tayloristas e fordistas os quais impõe a racionalidade técnica, o ritmo intensificado e relação mecânica e repetitiva no processo produtivo. Já em outros estes se misturam com mecanismos toyotistas que exigem dos trabalhadores maior agilidade, eficiência e polivalência nas atividades produtivas. Em outro depoimento ressalta-se a posição incômoda e estática durante muitas horas de trabalho, colocando que a atividade acarretou no problema de saúde:

Eu trabalhava lá no aves na pendura do frango vivo, era cansativo, corrido tudo repetido.(E1)

Eu trabalhava na parte da limpeza, no frigorífico, na serrinha, no esquadramento, no aves. Trabalhava na parte da limpeza, lavava sessão, essas coisas. Assim, era serviço que tinha que trabalha muito agachado sabe. Então por isso que eu acho que machuca a coluna foi mais por causa disso né, porque trabalhava o dia inteiro numa posição só varrendo aquilo lá sabe. Então acho que foi isso que desgastou a coluna foi por causa disso. (E4)

Ao desencadear um problema de saúde, demonstra-se que as relações de trabalho dominadas pelas máquinas, subordinadas e expropriados pelo e para o capital, e em virtude de todo um conjunto de fatores dessa atividade realizada em troca do suprimento de necessidades físicas e sociais de reprodução. Quando os trabalhadores não são mais úteis e nem respondem mais as expectativas de produção são espoliados para o âmbito público, ou seja, para o Estado que deverá se responsável através de determinada política de proteção social. Por outro lado, este Estado também tem seus interesses de classe, e passa a encobrir as relações de exploração homem a homem, classe a classe, ou seja, a dominação sob a forma de produzir e distribuir a riqueza.

3.5 AS DOENÇAS PROVOCADAS PELAS ATIVIDADES LABORATIVAS E O PROCESSO DE ENCAMINHAMENTO PARA O AFASTAMENTO DO TRABALHADOR

Como coloca Freire (1998) as relações sociais de produção também são determinantes quando se trata da saúde do trabalhador. Atrelado a isso estão o seu estado bio-psíquico, relacionados a questões materiais, sócio-políticas, ou seja, nas próprias condições de trabalho e de vida do trabalhador. Neste sentido as condições de trabalho atuais interferem não apenas no ambiente e nas condições de trabalho em si, mas também em sua situação de saúde.

Assim, o trabalho nas dimensões atuais, além de permanecer como principal característica o suprimento das necessidades do trabalhador está impondo outras carências, como de saúde, retratadas a seguir nas restrições físicas apontadas pelos entrevistados:

Eu agora não posso dizer de fazer nada, assim né, eu não consigo mesmo, eu não ando nem de bicicleta, eles [médicos] falaram que não é pra mim andar de bicicleta. A minha caminhada é muito pouca, é só pra controle mesmo, eles[médicos] falaram, e essa fisioterapia, e essa hidro que eu faço né, daí já diz eles que é um exercício que faz. E é mesmo. (E1)

Eu aqui mesmo a única coisa que eu faço aqui é que não ataca muito é andar. De bicicleta não ando, correr não consigo correr, tinha uma bicicleta até doe porque não tem condições, se eu for daqui na cidade e voltar de bicicleta, a atividade que ainda alivia um pouco é fazer caminhada. Daí a gente vai fazer o tratamento, já faz na pioneira né, então a gente vai um pouquinho mais antes, faz uma caminhada. Ou fazer qualquer atividade abaixado não, você se abaixar pra fazer qualquer coisa não, pode até fazer, mas dali a pouco ataca de novo a dor. (E2)

Nada. Não posso mexer com nada. Qualquer coisinha que eu fizer quando é de noite eu tô sentindo. Tem dia que nem pra anda direito eu não consigo, porque se anda um pouquinho já não consigo, de noite não consigo dormir. (E4)

Bem restrito, tem hora que particularmente é bem restrito pra mim, tem coisa que tipo assim se eu to fazendo, de repente, acaba em nada. Começa de repente dá uma fígada, alguma coisa [...] (E3).

É interessante observar que as atividades antes desempenhadas com destreza, agora se tornam um suplício, de forma que até mesmo o trajeto para o tratamento se torna o único “exercício” realizado pelo trabalhador, até mesmo porque não outro possui meio de locomoção próprio.

Como coloca Laurell (1995) as políticas sociais são na sua formulação e efetivação fundamentalmente desempenhadas pelo Estado, porém não envolvem somente o âmbito público, pois a partir da constituição das políticas neoliberais ocorreu a articulação entre o público e o privado, ou seja, entre Estado e mercado, e entre os direitos sociais e benefícios que se condicionam a critérios meritocráticos ou de contribuição, estabelecendo novos conteúdos e efeitos sociais, demonstrando como o Estado se modifica de acordo com o projeto econômico vigente.

Através da égide do neoliberalismo, Estado e capital andam juntos criando mecanismos para a concretização de seus interesses. De um lado, o Estado corta gastos com o público criando a idéia de que os aparatos públicos não funcionam, porém, através de incentivos fiscais repassa estes recursos para o âmbito privado. Este de outro lado cria seus próprios mecanismos de “proteção”, incentivo e ao mesmo tempo controle sobre o trabalhador, inibindo assim seu poder de reivindicação diante das duas estruturas.

Nesse sentido ressalta-se que todos os entrevistados fazem os tratamentos como fisioterapia e hidroterapia, pelo convênio do plano de saúde gerido pela empresa os quais tem acesso mediante contrato de trabalho, pois o mesmo é um benefício corporativo da empresa.

Só o plano de saúde, mais eu tenho que pagar, já é avisado se eu não pagar eu perco [...] mas é difícil consegui as consulta, sem plano de saúde é mais difícil [...] É hérnia de disco [...] Os médicos que dizem que por causa também lá dentro [empresa], por causa do puxo de esforço demais do fôlego, foi pnhado uma válvula mitral no coração [...].É, então só fisioterapia, eu soffro demais, é uma dor terrível que eu tenho ai nas minhas costas[...] (E1).

No caso do entrevistado E1, o problema de saúde se agravou, a medida que o esforço física trouxe duas hérnias de disco, e acarretou a doença das válvulas do coração. Foi

necessária a colocação de uma válvula mitral através de uma cirurgia, e foi possível através do plano de saúde administrado pela empresa.

A questão da saúde é tratada de forma paliativa, até mesmo porque a questão já instalada, não tem mais resolução. Porém é necessário continuar o tratamento médico em virtude do benefício, pois se este for interrompido, poderá ser cortado com a pena de estar provado novamente ser capacitado para o trabalho, pelo simples fato de não vir a frequentar o tratamento.

Alguns utilizam muita medicação, enquanto outros realizam cirurgia, e ainda aqueles que não irão fazer para não piorar a situação de doença. Usa-se injeção para aliviar as dores, porém o problema não cessa, pois quando passa o efeito tem que se aplicar outra a cada trinta dias.

[...] Tenho, o Plano da Saúde[...] em 2004 eu fiz cirurgia né! Só que daí a cirurgia não surtiu efeito[...] É, sempre que nem ressonância, tomografia, essas coisas né. E daí inclusive que o doutor falo que cirurgia não é garantido , ele falo se não fizer cirurgia , melhorar não melhora, cada vez vai piorando mais , é o juiz ponho também que é aquela doença que só vai se agravando, ela não vai melhorar[...]e que nem que eu faço tratamento direto é na clinica de fisioterapia pra alivia a dor.(E2)

[...]É, pela Sadia, só eu e a esposa que usamos. Que os outros filhos já não dependem mais né[...] eu tenho bico de papagaio, e hérnia de disco, e desgaste na coluna e artrose na coluna[...] a última injeção que eu tomei agora dia primeiro, porque eu tava tomando uma por mês, pra coluna, pra tirar um pouco a dor,, ela alivia, ai você fica tranqüilo, ai quando vai vence um mês, já começa prejudicar de novo. Ai a gente tá fazendo fisioterapia também, terminei as fisioterapia que ele [médico] passou, então agora vou ter que voltar lá de novo pra pegar mais medicamentos e continuar fazendo as fisioterapia. (E4)

[...] que eu tenho o plano tudo[...]Eu já fiz muita hidroterapia, fiz fisioterapia, é RPG também já foi feita várias, foi feito um monte de coisa, o doutor mesmo falou que não adianta, que isso não vai aliviar nada. Podia aliviar, mas melhora não ia melhorar, como pra mim não tava aliviando. Agora é só medicamento, ele me passa o remédio, ele falou também que não é pra mim ficar tomando direto, e ele falou que melhor deixar pra tomar quando tiver mais com dores, pra aliviar a dor, é fisioterapia ele falo que é uma coisa que não vai sarar[...] (E3)

A partir da constatação do problema de saúde o trabalhador adentra no âmbito da previdência social, que é extremamente burocrático na concessão dos benefícios. Diante deste contexto ressalta o processo de burocratização da vida social, colocado por Netto (2000) no qual o capitalismo em sua organização penetra todos os espaços de vida individual e coletiva, seja no âmbito da produção, da circulação, no consumo e na administração do cotidiano como um todo. Sendo assim, a burocracia vai além do domínio sobre o trabalho, mas também regula

a vida e a própria cidadania, no sentido do acesso aos benefícios, serviços, atrelado a muitos documentos e papéis, o que o autor chama de parafernália que valida a cidadania.

Isto é retratado nas falas dos sujeitos, visto que os mesmos enfrentam inúmeros entraves burocráticos para a “validação” do benefício que tem direito. A previdência social tem por principal característica a contribuição sobre a folha de salários dos segurados, supondo assim uma situação privilegiada sob as demais que não são de caráter contributivo, porém em sua organização a mesma é extremamente burocrática e lenta, levando muitas vezes as pessoas em situação de doença se dirigir até a agência do INSS da cidade por inúmeras vezes, além de exigir várias provas documentais sobre a questão da saúde do trabalhador.

O início do processo de afastamento do trabalhador de sua atividade habitual para cuidar de sua saúde ocorre quando estes se dirigem ao médico do trabalho da empresa que o encaminha para o Serviço Social que passa a prestar as orientações necessárias.

[...] a questão de agilizar, é assim, se não houvesse talvez a parte do serviço social na empresa, essa pessoa teria que se dirigir até o INSS, ai lá eles teriam que solicitar a documentação, depois teria que ir no INSS, as vezes a correria pra ele seria maior, vai para o INSS volta pra empresa, vai pro médico, assim não, ele traz o atestado, deu atestado do período de fazer o afastamento, já é encaminhado pra gente, a gente já vai solicitar a documentação, quando ele for pro INSS ele já vai com a documentação certa e conferida, pra que não haja correria desnecessária. (AS1)

No depoimento acima evidencia-se a perspectiva da profissional assistente social na questão da agilização dos encaminhamentos para o processo de concessão do benefício previdenciário. O Serviço Social ao se inserir no espaço sócio-ocupacional como um trabalhador assalariado, enfrenta-se diariamente com demandas dos funcionários, que tem conseqüência de inúmeras doenças provocadas através das atividades realizadas no processo produtivo. Assim as assistentes sociais procuram agilizar o processo de encaminhamentos para concessão do benefício.

Além da agilização, coloca-se a questão de as assistentes sociais o sentido de orientar o trabalhador pela busca de seus direitos previdenciários.

[...]o papel que a empresa faz é orientar ele e juntar a documentação, que se ele for por conta própria no INSS ele vai fazer o afastamento da mesma forma, só que o processo é mais demorado, ele teria que ir no INSS um dia, pegar a ordem dos documentos, tirar a copia dos atestados, dos documentos, voltar para o INSS, conferir se está tudo certo, depois ir novamente na data após o vencimento dos quinze dias pra protocolar, e ai fazer a perícia. Assim não, com o auxílio do Serviço Social a gente já orienta pra ele vir aqui na empresa e já trazer o padrão de quesitos preenchido com a data

correta, por que se tiver com a data errada já vai dar problema no INSS, em muitos casos o INSS não concede o benefício por divergência nas informações, atestado ser de um dia, e o padrão ser de outro, então a gente já orienta ele da forma mais simples, pra ele ir já com a documentação correta. Porque se tiver com a documentação errada a gente já orienta a não protocolar porque o INSS já vai ta indeferindo, e ai o processo se torna mais demorado e mais burocrático do que já é. Então ele em vez de receber em quarenta dias do INSS ele é capaz de ficar sessenta, setenta dias, então a gente tenta fazer com que o processo se torne mais simples possível pra eles. (AS2)

Na fala da AS2, a mesma já reforça que a concessão do benefício é do INSS, e que o assistente social viabiliza e media a relação com o órgão previdenciário para atender com menos tempo possível a solicitação do funcionário e dar condições para o mesmo se recuperar.

É direito de todo trabalhador ao auxílio-doença, isso é lei, não é a Sadia que garante isso. O que a gente faz é facilitar e ta agilizando o processo, se ele for por conta própria ele vai conseguir afastar, mas nem sempre na primeira tentativa, porque se tiver documento errado se ele não tiver bem orientado ele vai ter problema. Porque nem sempre os funcionários do INSS tem essa preocupação que a gente [Serviço Social] tem com o bem-estar dele. Porque se ele esta afastando a maioria dos casos é por ter um problema de saúde, as vezes a pessoa ta afastando por depressão, então as vezes já ta preocupado tomando uma medicação muito séria ou alguma cirurgia, então pra que fazer a pessoa ir e voltar, ir e voltar, a gente faz da forma mais fácil, pra ele já consegui na primeira tentativa[...] Então a gente tenta fazer sempre essa mediação e mostrar pra ele que não é assim um favor que a empresa ta fazendo, mas que é realmente um direito que isso foi acordado ou que ta na CLT, ou que tem no acordo coletivo que perante a lei tem o mesmo valor, e que a empresa tem que estar cumprindo[...] (AS2)

Diante das requisições colocadas ao trabalho do assistente social nas empresas, alguns traços estão presentes nas falas das profissionais que além de terem o compromisso profissional com os trabalhadores, convivem com as exigências de ser ágil, de transmitir informações de forma correta e eficaz, racionalizando os processos, fazendo cumprir as legislações e os acordos pertinentes ao espaço de trabalho.

Neste relato verifica-se a importância do profissional assistente social na viabilização dos direitos previdenciários ao estabelecer o encaminhamento mais viável e ágil. Ressalta-se ainda o comprometimento das profissionais na perspectiva do bem-estar dos funcionários, e a mesma compara o tratamento dado pelo sistema previdenciário aos trabalhadores.

A burocracia nos encaminhamentos no órgão previdenciário demonstra o próprio movimento da previdência social, que inclui as pessoas em situação de incapacidade num benefício que minimamente possa ser um meio para suprir suas necessidades, em

contrapartida que estas são excluídas do processo produtivo e afastados de uma gama de incentivos e benefícios que estão atrelados a produtividade dos trabalhadores ativos.

Na empresa o Serviço Social agiliza e busca tornar o tempo de espera o menor possível, porém, quando perguntados sobre as principais dificuldades do processo de encaminhamento, relatam-se principalmente entraves burocráticos no órgão previdenciário.

Eu encontrei muita dificuldade no INSS, muito papel, foi uma correria né, também, direto mandava pra lá, pra cá, é quando não era uma coisa era outra, e a gente não podia caminhar suficiente pra fazer isso daí também, e não tinha recurso, era bem difícil daí [...] você leva um monte de papel lá e de repente, quando pensa que ta tudo certo, falta outro, você tem que ir de novo. (E1)

O sujeito E1 coloca a questão do montante de papéis exigidos para a comprovação do benefício no órgão da previdência social. Quando em situação de doença torna-se mais difícil a locomoção das pessoas, tornando o encaminhamento burocrático algo que piora ainda mais o processo.

Eles num comunicaram nada né, que quando eu fiz que veio tudo o processo, daí a advogado falo assim é automático isso ai, ele vai um tempo eles vão, porque que nem o laudo do juiz ponho lá que é auxílio-doença posteriormente a aposentadoria por invalidez, após um laudo pericial né. Capaz desse ano ou ano que vem eles faze um laudo. Ela falo que depois que saiu ela falo assim que vai decorre os dois ano, coisa que é o causo acho que deles lá né (INSS) daí pode até ser que vem automático, mas não sabemos ainda.(E2)

Vale ressaltar como o segurado E2 se coloca diante da situação, a medida que diz ser automático, algo que a algum tempo já comprovou para o INSS. Isso demonstra a ingenuidade e ate mesmo a falta de informação sobre o direito o que faz com que não tenha acesso ao benefício de direito (aposentadoria por invalidez), e a própria cidadania. Assim, o direito é regulado pelo Estado sob a predominância das leis de mercado, o qual não necessita mais da força de trabalho desta pessoa, até porque ela já foi explorada além do seu limite, acarretando a situação que se encontra.

É interessante notar que a questão dos encaminhamentos burocráticos para alguns está atrelada mais ao processo judicial que enfrentaram e enfrentam, e não restritamente a documentação exigida durante todo o processo na empresa e no INSS. Quando pergunta-se ao depoente sobre as dificuldades de encaminhamentos burocráticos enfrentadas no processo de concessão do benefício, o sujeito diz:

É o mais foi agora da última vez né, que teve que entrar na justiça tudo né, porque, lá [INSS] geralmente a gente levava os exames, fazia em Cascavel, em Toledo, e eles não aceitavam, os peritos não aceitavam aquele, o médico falava uma coisa e o peritos contradiziam com outra coisa né, lá [INSS] diziam que aquilo não era o que o médico tinha colocado no laudo. O mais prejudicial foi isso, que daí a perícia nunca provava, por isso que sempre tava o laudo lá que eles contestavam o médico.(E2)

A burocracia e o próprio e os mecanismos do poder judiciário são meios que tornam o trabalhador alienado, pois ficam impotentes e se desconhecem diante de sua condição de direito, como se a hierarquia comandasse a vida social e o saber que um detêm se sobrepõe a necessidade do outro.

Nota-se a perspectiva de impotência com a situação vivenciada pelo segurado, a partir do “sossêgo” aconselhado pelo advogado diante da morosidade do processo. Yasbek (1996) as classes subalternas nas suas representações, se colocam impotentes diante das situações, pois quando a hierarquia é que aponta as relações sociais, cria-se a sociedade dos que mandam e dos que devem obedecer. Quando perguntados de o que o INSS alega para o não recebimento da aposentadoria por invalidez mesmo tendo todas as condições para tal se ouve o seguinte:

Não, por enquanto a advogada não passou nada, não falou nada ainda. Ela falou assim que vai demorar, ela falou assim o senhor pode ficar sossegado que vai demorar uns cinco anos pra mexer com o senhor ainda. Mas o senhor pode ficar tranqüilo. Então, mas até agora não mandaram nada.(E4)

A última perícia que eu fiz e ai já não foi pelo INSS, quando eu coloquei na justiça, ai o médico falou que era pra nós voltar, pra eu pegar meu benefício de novo, ia continuar o tratamento, que eu ainda tava novo para aposentar. (E4)

Não, no INSS ainda não falou nada pra mim, é que nem a advogada encaminhou, tudo do juiz e daí o juiz deu a sentença e agora é só aguardar. Pode recebe o auxilio, mais foi encaminhado a aposentadoria[...] dai agora ela veio fala que é de dois a cinco anos pra mim ter uma decisão, ai vou ver. (E1)

Como coloca Raichelis (1988) através das próprias instituições ligadas ao Estado se estabelecem a repressão às ameaças das classes dominadas, através dos mecanismos legais e jurídicos que colocam parâmetros as relações sociais e o próprio comportamento na sociedade, desta forma obtêm-se e organiza-se um consenso entre as classes diante do poder público.

Nesta perspectiva, é interessante colocar que em nenhum momento os segurados contestam sendo sua situação de saúde uma consequência de toda a exploração que sofreram, sobre a qual lhe foi cobrada além de suas capacidades, uma contribuição sobre o salário que o protege socialmente sob a forma de previdência, o qual recorre em situação de vulnerabilidade, onde pressupõe-se um atendimento digno sem as barreiras da burocracia.

Diante das restrições colocadas, a condição e o direito do recebimento do benefício aposentadoria por invalidez se tornam evidentes, porém em sua operacionalização a previdência segrega os direitos, e poda os mecanismos de cidadania tão necessários diante das atuais condições de trabalho e de vida dos trabalhadores.

Nesse sentido, a Seguridade Social entendida como o atendimento da saúde, previdência e assistência em especial na esfera pública não se dá de forma equânime e na perspectiva de direito aos trabalhadores, como cidadãos que pagam seus impostos e contribuem sobre seu trabalho, não podendo mesmo assim desfrutar de uma vida digna e saudável, mas, passando por inúmeras dificuldades para comprovar sua incapacidade de trabalho diante da burocracia institucionalizada e também para suprir suas necessidades como um todo.

Desta forma o Estado e o Capital ambos responsáveis enquanto conjunto de instituições que regulam a vida social, não dão conta de sanar os efeitos da exploração capitalista pois, enquanto a saúde do trabalhador é tratada de forma paliativa ou até mesmo sem possibilidades de retorno a uma vida ativa e saudável, a previdência seleciona e particulariza os casos negando direitos explícitos que são meramente vistos do campo jurídico e não no âmbito social.

Mesmo tendo comprovado sua incapacidade permanente diante do aparato judiciário da previdência social, os trabalhadores não recebem de imediato o benefício de aposentadoria por invalidez. Torna-se mais lenta a efetivação do direito do trabalhador de ter acesso ao benefício concernente a sua condição para poder prover suas necessidades em sua totalidade, ficando impotente diante da morosidade dos processos, e tendo que administrar suas necessidades de modo a enfrentar esta condição.

3.6 CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DOS TRABALHADORES E AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NO PERÍODO DE AFASTAMENTO

Conforme Laurell (1995) a partir da implementação do neoliberalismo na América Latina, ocorreu uma redução nos gastos sociais, no que diz respeito aos serviços sociais públicos e dos subsídios ao consumo popular, deteriorando as condições de vida da maioria da população, desta forma:

O avanço da produção e organização social capitalistas sempre vem acompanhado de [expressões da questão social mais] complexas e intensas. A proletarização, que faz do salário o elemento central de sobrevivência; a concentração da população em centros urbanos, que rompe o vínculo imediato com a natureza como meio de subsistência; o desaparecimento das formas tradicionais de proteção social, que faz aparecer a insegurança social e a pobreza. (LAURELL, 1995, p. 153)

O Estado se caracteriza pela sua dominação sobre a reprodução social da totalidade das relações sociais de acordo com os interesses da classe dominante, esta sendo favorecida pelas condições possibilitando a acumulação capitalista sob a apropriação privada do excedente produzido. Isso se dá por parte da burguesia, sendo estes que detêm o capital e os meios de produção e o apoio do aparato estatal sobre a classe trabalhadora que detêm a força de trabalho e que é dominada essencialmente com o intuito de se manter o modo de produção capitalista e as desigualdades e exploração inerentes a esse processo de acordo com Raichelis (1988).

Estas classes por sua vez vivem em constante conflito, de um lado a burguesia objetiva a ampliação e manutenção do capital e do lucro, e de outro, as classes dominadas tentam reduzir esta exploração e a melhora de suas condições de vida e trabalho, evidenciando as expressões da “questão social” enquanto resultado deste processo.

Sob a égide da propriedade privada do dinheiro e da fragmentação do trabalho, o trabalhador estranhado frente a seu produto do trabalho e diante da própria ação de produção de vida material, torna-se estranhado frente a ele mesmo, sendo este somente um meio de satisfação dos interesses privados de outro homem.

O Estado por sua vez tenta amenizar os conflitos sociais a partir da criação de condições que garantam a reprodução material da força de trabalho, através de leis trabalhistas e políticas sociais, para que os trabalhadores que estejam em melhores condições de exploração produtiva, quanto às exigências do processo de trabalho, como o salário-

mínimo para que se tenha um padrão mínimo de recursos para se suprir as necessidades, regulação sobre a jornada de trabalho para controlar a exploração sobre a força de trabalho, o transporte coletivo para que esse trabalhador possa se locomover com segurança até seu local de trabalho, instituições de saúde para que o trabalhador possa amenizar situações de desconforto físico, mental através de tratamento médico, as legislações que protegem em situações de incapacidade, como desemprego, doença, maternidade, para que esse trabalhador possa reproduzir-se materialmente enquanto se recupera das situações em que se encontra, etc. Nesse sentido, a política da previdência social é um mecanismo de proteção social que permite a reprodução material e social daqueles que contribuem e que por diversas situações de vulnerabilidade como as doenças que impede os indivíduos de trabalharem.

Quando é atendido pela política previdenciária o segurado não tem condições em sua totalidade de suprir suas necessidades sociais, apenas as básicas, passando a ser este o primeiro meio de subsistência fora do mercado de trabalho e criam-se outras formas para a subsistência. Quando perguntado aos sujeitos da pesquisa se o benefício é a única renda familiar, evidenciou-se nas falas que:

“Só,só[...]É apurado né, porque você sabe a gente que paga aluguel, e vive gastando com remédio, você sabe que remédio não ta barato, qualquer remédio que você vai comprar, ainda mais da coluna é uma facada.”[...] Até pouco tempo tinha uma filha que tava mais em casa, ela casou, agora ela saiu. Ficou só eu mesmo. Vai se virando como pode né. (E4)

As políticas sociais no que confere especificamente a proteção social, no caso de trabalhadores incapacitados por motivo de doença, amenizam minimamente algumas condições de saúde, e garantem a sobrevivência destas pessoas, pelo fato das mesmas não terem autonomia no suprimento de suas necessidades. No entanto, as políticas sociais por outro lado, buscam regular e controlar socialmente os trabalhadores no sentido de não romperem com o elo de exploração do capital e de subordinação ao Estado.

O trabalhador tem acesso ao sistema previdenciário através de sua contribuição, de um lado, através do desconto na folha de pagamento desta forma, sobre seu salário sendo este o preço pago por sua força de trabalho, e a outra contribuição através dos lucros da empresa que tem que contribuir para o INSS também, sendo esta que possui os meios de produção, e os meios que viabilizam a expropriação do trabalho excedente, como a forma de organização e gestão do processo de trabalho.

Quando constatada a incapacidade para o trabalho, a primeira estratégia²³ de sobrevivência é buscar meios de proteção social através da cobertura do Estado por meio da previdência social, que garante um mínimo de renda para o suprimento das necessidades do segurado.

Diante da situação de doença, é necessário fazer uso constante de medicação, o segurado através de sua remuneração não teve a possibilidade de acumular, mas trabalhou apenas em troca da sobrevivência, mesmo tendo 56 anos ainda não conseguiu obter uma casa própria, pois afirma pagar aluguel. Isto evidencia a reprodução as condições de vulnerabilidade social da sua condição. Constata-se uma dominação exercida pelo aparato Estado-capital, pois o mesmo não vislumbra o caráter explorador do processo de trabalho, e a perspectiva do trabalhador de ter direitos não contestando a empresa por isso, e nem o Estado representado pela instituição previdenciária na morosidade para a concessão da aposentadoria por invalidez, coloca-se numa condição de “trabalhador controlado”. O mesmo coloca estar se “virando como pode”, sem contestar o sistema que o explorou e que apenas minimiza os efeitos desta maneira de produzir.

Outra estratégia de sobrevivência para a diminuição dos gastos da casa, é a diminuição dos membros da família, é o fato de uma pessoa a menos para o auxílio das despesas devida a filha ter se casado, não dependendo mais dos pais para seu sustento.

O trabalhador no capitalismo não se satisfaz com o trabalho, mas se torna uma necessidade um meio para satisfazê-las, uma obrigação para com o seu sustento, degradando-o e não o reconhecendo como meio de realização, pois se nega a ele as possibilidades de escolha, e ocorrendo com isso a alienação do trabalhador. Quando esse processo acarreta incapacidade, o mesmo não se vislumbra como cidadão de direito, se alienando diante da burocracia dos encaminhamentos da previdência social, que atende de forma parcial suas necessidades através da viabilização do auxílio-doença, quando o mesmo tem de esperar a concessão do benefício aposentadoria por invalidez, não contesta a mesma burocracia.

Assim mantêm-se as normas de exclusão política e econômica das classes dominadas, sendo atendidas minimamente às reivindicações destas classes diante do Estado, não sendo desta forma prioritária. Assegura-se desta forma, a distribuição de benefícios atendendo parcialmente algumas demandas, respondendo à pressões coletivas e tendo neste

²³ De acordo com Faleiros (1999) pode-se entender por estratégias aqueles meios que se constroem diante das possibilidades que surgem, juntamente com as contradições, redes e mediações. Nessa correlação de forças se formam possibilidades de ação e conseqüentemente de mudança, diante de situações de perda e aquisição. Diante destas contradições, podem-se superar as relações de fragilização, opressão, discriminação, exclusão e exploração. Quando se constroem estratégias os indivíduos tem a possibilidade de projetar sua vida, onde formam apoios diante da conjuntura, se confrontando com as oportunidades e forças que o fragilizam.

atendimento a base para a legitimação do Estado diante das classes dominadas, como se fosse algo concedido por ele para o bem-estar da sociedade.

Desta forma a previdência social é um mecanismo de controle social, pois racionaliza o processo de exploração capitalista quando afasta aquele que incapaz não tem condições de saúde para trabalhar e garante uma renda mínima para que se mantenha vivo e se recupere a saúde.

Desta maneira reproduzem-se e agutizam-se as desigualdades sociais de modo que a classe trabalhadora e especificamente aqueles considerados “supérfulos” às requisições do processo produtivo, os trabalhadores doentes, tem o acesso ao benefício do sistema previdenciário. Nesse sentido, pode-se entender que quando estão ativos em suas atividades formais de trabalho, o trabalhador é dominado pela ideologia da fábrica, no seu modo de produzir e de pensar, e quando se afasta deste trabalho por motivo de doença, tende a não contestar a situação vivenciada diante dos aparatos de proteção os quais regulam o acesso aos benefícios para atender suas necessidades de forma paliativa.

Abranches (1994) aborda que as pessoas pobres consomem sua energia somente para sobreviver não tendo a possibilidade de atuar como cidadãos íntegros, por ser politicamente dependentes, sobressaindo à necessidade sobre a liberdade de escolha e reivindicação de direitos. Assim, suas condições não melhoram em decorrência da não-acessibilidade as oportunidades e porque não ocupam o seu tempo para acumular, mas pra sobreviver, se submetendo a qualquer trabalho e suprimindo horas de educação e de melhores condições e opções de trabalho e renda, e para isso mobilizam toda a família diante da imposição da necessidade, que lhes retiram a liberdade de escolha entre as diversas possibilidades.

Outro meio de subsistência encontra-se nas famílias que constroem alternativas de sobrevivência, à medida que a necessidade impõe essa condição.

“Eu estou, tendo dificuldade sim,[...] É, a mulher trabalha, o pia trabalha, assim por dia pra comprar as coisinha que o meu (benefício) não dá, eu gasto muito né, eu faço fisioterapia, hoje mesmo eu fui fazer fisioterapia.[...] Fui, até três vezes por semana. Faço a hidro, lá no centro. Gasto com passagem também[...] o menino já trabalha, pra ele ele já faz alguma coisinha, é que é caro os remédio, as consulta. Nós reparte ai, senão num da. É pra ajuda, senão fica difícil. É luz, é água é material pras criança estudar, tem muita coisa, sempre tem despesa. E se eu não faço esse acompanhamento médico, daí eles (INSS) vão falar [...] nós passamos apertado mesmo. que nem eu tinha vontade de financia a casa mas não tem[condições]. É própria, mas eu queria dar uma melhorada, pode vê ó, eu entrei pra trabalha contando com uma coisa, daí a gente teve que parar e ficar no que está.”(E1)

Isso se evidencia no depoimento do sujeito E1, que aponta a necessidade do filho adolescente trabalhar de forma informal para comprar as *coisinhas* o que demonstra que a reprodução das condições de trabalho desprotegido desde o início das suas atividades de trabalho remunerado, já se submetem a esta situação de exploração em troca da sobrevivência, acarretando prejuízos ao seu desenvolvimento. Como indica Abranches (1994) a mobilização das crianças e adolescentes, representa um saque contra o seu futuro, pois é determinante para se interromper o processo escolar e formativo, se submetendo por vezes a trabalhos de baixa qualidade e desprotegidos e desta forma, lesivos ao seu desenvolvimento físico, cultural e psicológico.

Além disso, a esposa também trabalha para, segundo ele “repartir” as despesas que são muitas. Segundo o entrevistado, tinha muitas expectativas quando entrou na empresa em relação a melhoria da situação de sua casa, sendo isto interrompido por causa da doença.

O trabalho na sociedade capitalista contrapõe-se ao caráter de realização do ser social enquanto forma de projetar as necessidades, mas se torna a principal necessidade. O processo de trabalho torna-se um meio de subsistência coloca-se uma relação de estranhamento, pois a força de trabalho se torna uma mercadoria, a partir da relação de compra e venda de suas capacidades físicas e mentais em troca de um salário se torna a única possibilidade de subsistência as pessoas despossuídas.

A dominação social reflete na dominação econômica, tanto que nenhum sujeito contestou a questão de não receber o benefício de direito (aposentadoria por invalidez), à medida que sua contestação restringe-se ao fato de procurar um advogado quando o benefício é cortado, e não do direito como um todo, pois não atende suas necessidades na totalidade. O entrevistado alega apenas ter dificuldades econômicas em alguns casos quando há o excesso de remédios utilizados, pois nem todos são fornecidos pela rede pública de saúde, sendo necessário o gasto próprio com remédios:

Eu uso bastante medicamento. Os medicamento eu pego uma parte no posto, daí e uma parte a gente compra né, que tem esse do coração que não tem no posto, e não é muito barato. Daí tem mais um remedinho que a gente compra pra fazer massagem, né também é caro, tem que aplica daí a injeção também, pra dor.(E1)

Não se suprem todas as necessidades e despesas pelo valor que é destinado através do afastamento do trabalho, precisando recorrer a outros meios para pagar as despesas a medida que sua situação de doença impõe o uso de remédios e a realização de acompanhamento em virtude do próprio benefício previdenciário.

O próximo depoimento evidencia também estratégias de sobrevivência utilizadas pelo trabalhador afastado do trabalho:

Somos em três, a minha esposa trabalha de doméstica, é fixo, lá na Guarani, a patroa dá os passe né, ela vai de segunda a sábado, ela vai 10 hora e volta seis e meia, que a menina agora estuda de manhã. O medicamento em si até que num da gasto, que nem o doutor mesmo ele faz mais um tratamento clinico lá na piscina e coisa, que o medicamento é na hora que ataca demais ,ele falo assim que o medicamento é antiinflamatório, falo assim se começar a tomar direto, isso vai até talvez prejudicar mais pra frente que você vai fica dependente do medicamento[...]Que o salário vem certo, até agora tão pagando certo, que num tem, num vem os desconto, daí vem um salário mais bom.(E2)

Na fala o depoente afirma que o salário-de-benefício é bom, pois, não tem descontos. No entanto, não tem a clareza de que no salário já estão descontados alguns benefícios e afirma que estão pagando certo, como se fosse algo que o mesmo estivesse subordinado a prestar contas, em consequência das diversas provas apresentadas no órgão da previdência social.

A esposa também trabalha de empregada doméstica para pagar as despesas, ou seja, de forma também desprotegida, e o mesmo coloca numa perspectiva de não-direito a questão da patroa da esposa “dar” o vale-transporte para a mesma se deslocar ao local de trabalho, sendo que os mesmos são um direito de todo o trabalhador e não um favor dos patrões.

O sujeito E3 também não supre suas necessidades somente com o benefício, como salienta sua fala:

Não, a minha esposa também trabalha. Ela trabalha pro Estado. Nós somos em cinco, nós dois, dois pia, e a menina estuda também, faz faculdade , vai casar, ela trabalha, antes ela fazia só estagio, ai começou trabalha esse ano ela começo a trabalha lá no Incomar. É só pro estudo dela né, pra ela se manter né, estudo, roupa essas coisas, porque é difícil pra gente também né[...] ele[benefício]não chega a se bom, mas também não é tão ruim né, dá pra sobreviver, vamos dizer assim. Porque a gente não paga aluguel, a casa é própria, eu pago pra Cohapar as prestações, que é 32 reais por mês. É coisa barata. (E3)

O entrevistado E3 relata sobre a dependência do trabalhador não só em relação a política de previdência social, como também da habitação, dizendo que é barato pagar as prestações da casa própria e para ter uma casa depende dos meios estatais. Isso retrata a concessão e não um meio necessário para sua própria reprodução enquanto trabalhador, evidenciando aí a necessidade das políticas sociais atenderem através de redes, e não de forma focalizada e setORIZADA somente na área da saúde, ou da previdência, ou da habitação as quais o trabalhador tem acesso, mas que possa ter um atendimento universal sob as necessidades. A recorrência a política da habitação é uma estratégia de sobrevivência, a medida que esta é a alternativa que o mesmo encontrou para ter acesso a casa própria, mediante a política estatal.

Assim, os produtos do trabalho, são convertidos em necessidades para aqueles que não possuem, sendo que o trabalho que se desenvolve é abstrato, pois como afirma Antunes (1997, p. 126) se “trabalha unicamente para manter-se, para satisfazer as meras necessidades ‘necessárias’ e não para se realizar enquanto um ser dotado de consciência”. Assim, o indivíduo é reificado, pois coisifica o homem, sendo que o resultado de seu trabalho é apresentado sob a forma de produto, de coisa, e ele próprio se vê assim a medida as relações entre os homens se tornam uma relação entre coisas, de mercadorias.

Pode-se definir assim que as estratégias de sobrevivência utilizadas pelos trabalhadores, são do que sua forma de enfrentar a situação de doença enquanto trabalhador, que vulnerável ao risco social de incapacidade, busca meios para lutar contra a situação adversa, mobilizando toda a família, para poder sobreviver, reproduzindo as contradições e os antagonismos inerentes a sociedade capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desta pesquisa é importante colocar algumas considerações acerca da problemática proposta, bem como das dificuldades enfrentadas. Quando nos deparamos no campo de estágio com o afastamento do trabalho, tamanhos são os encaminhamentos e situações diversas que muitas vezes não temos a clareza dos processos, o que fez com a pesquisadora tivesse tardiamente a clareza sobre a problemática a ser estudada.

Depois de ter o recorte, buscou-se convencer as pessoas a participarem e demonstrarem suas vivências acerca da problemática, o que não foi tarefa fácil, pois depois de tanto provar sua situação inúmeras vezes se vêm à primeira vista não se sentem seguros quanto a participação sendo necessária a conversa e a garantia de seu anonimato. Para isto recorremos ao comitê de ética em pesquisa da unioeste, o qual avaliou o projeto de pesquisa e que apenas no final de Agosto, deu resposta positiva a pesquisa, o que tornou tardia a análise de dados, bem como a recorrência a um número maior de pesquisados. Afora as dificuldades são relevantes as considerações a serem feitas sobre a pesquisa e a consecução de seus objetivos.

A partir do contexto de construção desta pesquisa atingiu-se o objetivo de analisar as estratégias de sobrevivência em que consideram-se primeiramente o aspecto de as estratégias voltam-se para as colocações dos entrevistados que em primeiro plano recorrem à política previdenciária que minimamente atende este em decorrência de sua incapacidade, tendo que levar em conta a morosidade desta de não estar repassando o benefício de aposentadoria por invalidez, que lhe é de direito diante das provas apresentadas.

Como a primeira estratégia não cobre as necessidades, ocorre o envolvimento de todos os familiares na busca do pagamento das despesas, mobilizando esposas, filhos que buscam no trabalho o suprimento das necessidades. A saída dos filhos de casa também se configura numa estratégia a medida que diminuiriam as despesas com a composição de um novo núcleo familiar, ao mesmo tempo que será uma pessoa a menos para contribuir nas despesas. Para se protegerem socialmente, as famílias se unem em pról da sobrevivência, criando alternativas que as reproduzem enquanto classe trabalhadora, que através de seu trabalho labuta diariamente para mais um dia sobreviver às condições mínimas de vida e subsistência. a recorrência a outras políticas sociais como da habitação também demonstra como estas também se tornam um meio para a obtenção de bens e serviços.

A proteção social para os trabalhadores no Brasil em todo o processo de constituição de um sistema de benefícios, foi no decorrer de sua trajetória estratificando e segmentando o acesso as pessoas, não se constituindo em um sistema universal e de atendimento eqüitativo.

O progresso tecnológico e científico apesar de todo o avanço trazido na maneira de produzir bens e serviços, fracassa no sentido de distribuir estes entre as pessoas que através de sua força de trabalho tem precarizadas suas condições de vida e de trabalho. Assim o rearranjo do capitalismo sob a égide das idéias do neoliberalismo retirou a autonomia do Estado enquanto instituição de garantia de direitos sociais, maximizando o poder de decisão do mercado. A relação de cidadania ganha cunho de mercadoria abrindo as portas para a intervenção de instituições de interesse privado no atendimento às necessidades sociais legitimando o Estado mínimo.

Em consonância com o neoliberalismo tem-se todos os meios para expropriar dos trabalhadores o maior lucro possível através de relações trabalhistas precarizadas, e de um Estado que incentiva o capital através de meios fiscais para construir mecanismos próprios de “proteção” ao trabalhador que tem seu poder de reivindicação diante do Estado quase que anulado, o capitalismo encontra todas as condições para se expandir gerando desigualdades ainda mais gritantes enquanto que os meios de resolutividade estão mais frágeis e desmantelados.

Por mais que se avançou com a Constituição Federal de 1988, ao instituir-se o conjunto de políticas de Seguridade Social, não se constituiu efetivamente como tal, pois as políticas são atendidas de forma fragmentada, segmentada e compensatória, e intensificando-se também a privatização das diversas políticas setoriais. Muitas são as mudanças necessárias na previdência pública brasileira, a primeira delas é admitir que o rombo da instituição se dá mediante os privilégios que alguns segurados tem de receber benefícios de valor exorbitante e com tempo de serviço reduzido, enquanto um trabalhador que não teve acesso a condições de escolarização e empregabilidade menor tende a esperar tanto para a concessão de aposentadoria por invalidez, mesmo tendo todas as condições.

Ao desvelar os entraves burocráticos institucionais enfrentados pelos segurados percebemos que os trabalhadores doentes que tiveram contribuição sobre seu salário, quando precisam recorrer a política de previdência social se deparam com inúmeros entraves, de cunho burocrático, onde pessoas que apenas tratam a sua situação como algo jurídico, de comprovação extrema, e estes mesmo tendo colocadas todas as “provas” ao órgão de previdência social, não recebem o benefício de direito de forma digna ou até mesmo imediata.

A previdência social é uma política social que tem em seu aspecto legal, todos os termos que fariam dela uma das políticas sociais mais privilegiadas em recursos para sua operacionalização de forma equânime e justa. Porém, no contexto atual de diminuição da ação do aparato estatal no atendimento as necessidades sociais, a previdência se torna um mecanismo de controle sobre a classe trabalhadora, na medida que são espoliados pelo capital e quando não são mais úteis para o processo produtivo, não são reconhecidos como cidadãos portadores de direito.

Sobre a intervenção do Serviço Social na agilização do processo de concessão de benefícios previdenciários percebemos que o mesmo é no campo empresarial um mediador necessário para o acesso à políticas sociais, não mais somente por aquelas de âmbito privado, mas um mediador dos trabalhadores com o órgão previdenciário. É neste contexto de interesses antagônicos, que o Serviço Social enquanto o mediador do acesso dos trabalhadores aos direitos previdenciários, destas pessoas que se afastam do trabalho. Apesar de muitas vezes aparentar ser uma atividade meramente burocrática, tamanha é o contingente de formulários e papéis exigidos, sua ação se torna válida se levado em conta o caráter orientador, informativo e de agilização do processo para a concessão dos benefícios.

O assistente social tem como objetivo em sua intervenção na empresa de garantir os direitos assegurados em lei, ou seja, de proteger socialmente este trabalhador, para que suprir suas necessidades enquanto se afasta do trabalho para fazer tratamento.

É preciso que se efetive uma cultura de direito dos trabalhadores, e não apenas de deveres para com as empresas, sendo necessários também meios mais abrangentes de divulgação sobre benefícios previdenciários, esclarecendo sobre o acesso e os encaminhamentos enquanto uma questão coletiva e não individual, e não como se fosse problema de cada um ficar incapacitado para sua atividade.

Sugere-se que o Serviço Social tenha condições de informar de forma mais ampla os meios de concessão, mas primeiramente os meios de prevenção das doenças relacionadas ao trabalho, não no sentido de controlar e adestrar o trabalhador para que cumpra somente normas de segurança, mas no sentido de meios de vida e trabalho saudáveis, que acarretam em sua situação de saúde e de um bom resultado no trabalho.

Nesse sentido, faz-se necessário a continuação do trabalho de assistentes sociais no Departamento de Recursos Humanos da Sadia S/A de Toledo, e a melhora das condições de seu próprio trabalho para que se possa realizar um trabalho mais amplo no sentido de prevenção, e não atuar apenas nas conseqüências das atividades.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique; SANTOS, Vanderley Guilherme dos. **Política social e combate a pobreza**. Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar, 1994.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6ª edição. São Paulo: Boitempo, 2002.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de Outubro de 1988. Vade Mecum. São Paulo: Saraiva, 2006. 1619 p.

BRASIL, Decreto n. 5.452, de 01 de Maio de 1943. Aprova a Consolidação das leis do Trabalho. Vade Mecum. São Paulo: Saraiva, 2006. 1619 p.

BRASIL, Lei n. 8.212, de 24 de Julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências. Vade Mecum. São Paulo: Saraiva, 2006. 1619 p.

BRASIL, Lei n. 8.213, de 24 de Julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Vade Mecum. São Paulo: Saraiva, 2006. 1619 p.

CARDOSO, Isabel Cristina C.; FRANCISCO, Elaine Marlova V. velhas moedas com novo valor: remuneração e benefícios na moderna empresa capitalista. In: MOTA, Ana Elizabete (org). **A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 73-96.

CARTAXO, Ana Maria Baima: **Estratégias de sobrevivência**: a previdência e o Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CÉSAR, Mônica de Jesus. Serviço Social e reestruturação industrial: requisições, competências e condições de trabalho profissional. In: MOTA, Ana Elizabete (org). **A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 115-148.

EATON, John. **Manual de economia política**. Rio de Janeiro: ZAHAR-tradução. 1965.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FALEIROS, Vicente de Paula. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 3. Brasília:UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.

FERNANDES, Ana Elizabete Simões da Mota. **Cultura da crise e Seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, Lúcia Maria de Barros. O Serviço Social e a saúde do trabalhador diante da reestruturação produtiva nas empresas. In: MOTA, Ana Elizabete (org). **A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 167-194.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3 ed. São Paulo, SP: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. Capital financeiro, trabalho e questão social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social no neoliberalismo. In: LAURELL, Asa Cristina (Org.). **Estado e políticas sociais no Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria: **Técnicas de Pesquisa**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1982.

NETTO, José Paulo. Para a crítica da vida cotidiana. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; NETTO, José Paulo. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PRATES, Jane Cruz. **Planejamento da pesquisa social**. Revista da Associação Brasileira de ensino e pesquisa em Serviço Social-ABEPSS. Temporalis 7, 2003.

RAICHELIS, Raquel. **Legitimidade popular e poder público**. São Paulo: Cortez, 1988.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. Cidadania, globalização e previdência social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** Nº 68, São Paulo: Cortez, 2001.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2002(Coleção Questões de Nossa Época, v.78

SPOSATI, Aldaíza. Mínimos sociais e Seguridade: uma revolução na consciência de cidadania. In: **Revista Serviço Social e sociedade**. Nº 68, São Paulo. Cortez, 2001.

SETTE, André Luiz Menezes Azevedo. **A mordida do Leão na Previdência Social: os novos rumos da legislação previdenciária**. Disponível em:
<<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7777>> Acesso em: 14/jun/2008

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas,1987.

PIVA, Fábio de Toledo. **Informações básicas sobre saúde e segurança no trabalho**. São Paulo: CIPA, 1997.

APÊNDICES

APÊNDICE 1
INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA ENTREVISTA

APÊNDICE 1 -INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA ENTREVISTA

- 1) Comente sobre o processo de encaminhamento do auxílio-doença abordando as dificuldades ou possibilidades de acesso encontrou
- 2) Quais foram os principais problemas de encaminhamentos burocráticos encontrados no processo?
- 3) Fale sobre a atividade que executava quando estava ativo e que restrições físicas afirma ter para desempenhar suas atividades.
- 4) A quanto tempo aguarda a decisão do INSS e se tem alguma expectativa?
- 5) A sua renda é proveniente somente do benefício, ou acrescenta com outros meios para pagar suas despesas?

APÊNDICE 2
INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA ENTREVISTA COM
ASSISTENTE SOCIAL

APÊNDICE 2- INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA ENTREVISTA COM ASSISTENTE SOCIAL

- 1) Comente de como os encaminhamentos realizados no Departamento de Recursos Humanos pelo Serviço Social passam a ser um meio de viabilização dos direitos dos trabalhadores.

- 2) O Serviço Social oportuniza a agilidade no processo de concessão do auxílio-doença? Comente.

- 3) O fato de ter o Serviço Social neste departamento altera ou modifica a melhoria do acesso aos recursos pelo trabalhador? Porque?

APÊNDICE 3
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO APROVADO
PELO CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS AFASTADOS DA SADIA S/A

Pesquisador Responsável: MARIZE RAUBER ELGELBRECHT

Este projeto tem o objetivo de saber como os funcionários afastados que entram na justiça para receber o benefício da previdência social mantêm sua renda no período que esperam a resposta do INSS já que não recebem o benefício por incapacidade permanente requerido e também se enfrentam dificuldades nos lugares que percorrem para tentar receber o benefício.

O sujeito da pesquisa pode interromper a qualquer momento a sua participação, se houver algum constrangimento, sendo que a mesma não será remunerada em nenhuma hipótese. A pesquisa será realizada na residência do participante, no horário que lhe melhor convir. Em caso de dúvidas o telefone (45) 9931-7488 para o melhor esclarecimento.

Para isso será preciso fazer uma entrevista com perguntas abertas que permite fazer outras perguntas se surgirem durante a entrevista e o uso de um formulário para anotar as respostas do entrevistado e um gravador para melhor aproveitar as respostas, e no momento de passar para o papel o depoimento do entrevistado será escrito da mesma maneira que ele falou. Se o participante se opuser ao uso do gravador, a entrevista será transcrita no papel manualmente.

Durante a execução do projeto pode haver resistência quanto ao uso do gravador, pois de certa forma o entrevistado pode se sentir constrangido ao expor uma situação ou até mesmo se negar a responder, para tanto a mesma pode ser transcrita a mão pelo entrevistador.

Este termo tem duas vias, uma que ficará para o entrevistador, e outra para o entrevistado, ambas assinadas pelo participante.

Após ler e receber explicações sobre a pesquisa, e ter meus direitos de:

1. Receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa;
2. Retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo;
3. Não ser identificado e ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade.
4. procurar esclarecimentos com o Comitê de Ética em Pesquisa da Unioeste -CEP /Unioeste, através do telefone 3220-3272, em caso de dúvidas ou notificação de acontecimentos não previstos.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar do projeto.

Toledo, ____ de ____ de 2008.

Nome do sujeito/ ou do responsável: _____

Assinatura: _____

Eu, *Marize Rauber Engelbrecht*, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto ao participante e/ou responsável.

_____ Data: ____/____/____.



APÊNDICE 4
PARECER DE AVALIAÇÃO DE PROJETO NO CEP



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP



Aprovado na
CONEP em 04/08/2000

PARECER 352/2008-CEP

Súmula: Avaliação de proposta de projeto de TCC, tendo como pesquisadora responsável Marize Rauber Engelbrecht.

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, analisou na sessão ordinária do dia 21/08/2008, Ata 007/2008 - CEP, o processo CR nº 24396/2008, referente ao projeto de TCC intitulado "Estratégias de sobrevivência dos funcionários afastados da Sadia/SA de Toledo/PR" tendo como pesquisadora responsável Marize Rauber Engelbrecht, cujo objetivo é, entre outros, "Analisar quais são as estratégias de sobrevivência utilizadas pelas famílias dos funcionários afastados da Sadia S/A de Toledo/PR?".

Assim, mediante a importância social e científica que o projeto apresenta, a sua aplicabilidade e conformidade com os requisitos éticos, somos de parecer favorável à realização do projeto classificando-o como **APROVADO**, pois o mesmo atende aos requisitos fundamentais da Resolução 196/96 e suas complementares do Conselho Nacional de Saúde.

Deverá ser encaminhado ao CEP o relatório final da pesquisa e/ou a publicação de seus resultados, para acompanhamento, bem como comunicada qualquer intercorrência ou a sua interrupção.

Cascavel, 25 de agosto de 2008.



Dra MARISTELA JORGE PADOIN

Coordenadora do CEP/Unioeste

Maristela Jorge Padoin
Coordenadora do CEP/Unioeste
Portaria 0830/2008-GRE